

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
URUGUAIANA/RS**

OSVALDO CASTILHO TRINDADE JÚNIOR

Uruguaiana, RS

Abril, 2011

OSVALDO CASTILHO TRINDADE JÚNIOR

**PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
URUGUAIANA/RS**

Trabalho de pesquisa apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Me. Irio Luiz Conti

Co-orientador: Me. Vicente Rahn Medaglia

Uruguaiana, RS

Abril, 2011

**PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
URUGUAIANA/RS**

Trabalho de pesquisa apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Me. Irio Luiz Conti

Co-orientador: Me. Vicente Rahn Medaglia

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Me. Irio Luiz Conti - Orientador
PLAGEDER/UFRGS

Prof^a. Dra. Tatiana Gerhardt
PLAGEDER/UFRGS

Prof. Me. Antônio João Ferreira de Lima
PLAGEDER/UFRGS

EPÍGRAFE

*(...) Somos muitos Severinos,
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue,
que usamos tem pouca tinta.*

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).(...)*

João Cabral de Melo Neto

Dedico este trabalho ao meu *Pai*.

AGRADECIMENTOS

Todo esforço é recompensado com o alcance do objetivo. Porém, devemos parte desta consecução às pessoas que de alguma maneira nos concederam força e ampararam em momentos decisivos, nos quais já não éramos mais a fortaleza que pensávamos. Por tudo isso alguns agradecimentos.

Aos meus pais, Osvaldo e Jussara, pelos ensinamentos que permitiram ter a percepção necessária de que na vida não estamos sós, e que somos, sim, responsáveis pela interação com as outras pessoas e com o ambiente em que vivemos.

Aos meus irmãos, Adriane e Paulo, pela convivência, nem sempre a desejada, e a certeza de que em momentos de necessidade de amparo teremos o suporte devido.

Mariana, João Paulo e Felipe, meus filhos, pela compreensão em virtude do distanciamento neste período da busca de uma conquista.

À Luciane, companheira, que, em situações difíceis, apontou uma luz no fim do túnel e direcionou meus esforços para este local.

Pessoas chegam e outras partem, todavia, a dinâmica imposta pela vida não minimiza o que nos legaram. Paulo, Célia, Ari e Vera, meu imenso reconhecimento.

As implacáveis e incansáveis, Débora e Deusi, aqui dispostas em ordem alfabética, jamais em ordem de importância. Meu reconhecimento e gratidão.

A SESIPA, ao Salvador e ao Rodrigo, pela flexibilização nas jornadas laborais e entendimento nas necessidades de afastamento para cumprimento de tarefas de estudo.

Ao Olívio Nunes de Freitas, pela elucidação de situações que julgava, eu, perdidas, e a partir de uma leitura simples e experiente passaram a ter uma nova dimensão.

Aos professores Irio e Vicente pela paciência, compreensão e dedicação dispensadas na finalização de um projeto de suma importância em minha vida.

E finalmente às pessoas que de uma forma ou de outra, colaboram na execução da pesquisa, ou por amizade, concederam ânimo durante esta trajetória.

RESUMO

O estudo se reporta ao Programa Bolsa Família (PBF) e suas relações com a segurança alimentar e nutricional (SAN) em Uruguaiana, município do interior do Rio Grande do Sul, bem como, trata de aferir as percepções, de parte da população deste Município, sobre esta política pública e suas repercussões nas famílias beneficiárias. Objetiva perceber como o Programa Bolsa Família é reconhecido nos universos urbano e rural, e quais os resultados ocorrem, em face, do cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa, sejam estas nas áreas da saúde ou da educação. Busca demonstrar a legitimidade, ou não, do Programa Bolsa Família, diante das percepções da sociedade uruguaiense, no tocante às melhorias concedidas à vida das populações beneficiárias desta política pública, e conseqüentemente, diagnosticar, se esta sociedade e suas avaliações podem ser utilizadas como elementos úteis na avaliação de políticas públicas desta natureza.

Palavras-chave: Bolsa Família, fome, nutricional, PBF, políticas públicas, SAN, segurança alimentar.

ABSTRACT

The study refers to the Family Fund Program (FFP) (Programa Bolsa Família- PBF) and its relation to the nutritional and nourishment safety (NNS) (Segurança Alimentar e Nutricional- SAN) in Uruguaiana city in the state of Rio Grande do Sul, as well as assessing the perceptions of part of the population in this city about this public policy and its repercussions in the benefited families. It scopes to perceive how the Family Fund Program is recognized in the rural and urban universes, and which results occur according to the fulfillment of the conditionality imposed by the program, either in the area of health or of education. It seeks to demonstrate the legitimacy or not of the Family Fund Program within the perception of the society in Uruguaiana on the improvements conceived to the lives of the benefited populations of this public policy and consequently diagnose if this society and its assessments can be utilized as useful elements in the evaluation of public policy of this nature.

Key-Words: family fund, hunger, nutritional, FFP, public policy, NNS, nourishment safety.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social
DHA – Direito Humano à Alimentação
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF – Índice de Desenvolvimento da Família
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IPD – Instituto Política y Democracia
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL – Mercado Comum da América do Sul
MSE – Medidas Socioeducativas
NHB – Necessidades Humanas Básicas
ONG – Organização Não Governamental
PAEFI – Programa de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSE – Proteção Social Especializada
PTCR – Programa de Transferência de Renda Condicionada
PTR – Programa de Transferência de Renda
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SCFV – Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SICON – Sistema de Condicionais
SISAN – Sistema de Segurança Alimentar
SUS – Sistema Único de Saúde

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Percepção da sociedade sobre o PBF nas áreas urbanas e rurais do município de Uruguaiana/RS, abril/2011	49
Figura 2: Melhorias apresentadas nas condições de vida.....	51
Figura 3: Conformidade com as melhorias implementadas pelo PBF (%)	53
Figura 4: Aprovação dos benefícios do PBF (%), abril/2011	54
Figura 5: Utilização dos valores do PBF	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valor mínimo e máximo dos benefícios do PBF	22
Quadro 2: Tipos de benefícios do PBF.....	22
Quadro 3: Dados gerais sobre o PBF em Uruguaiana	38
Quadro 4: Bairros e vilas do perímetro urbano de Uruguaiana	45
Quadro 5: Distritos e vilas da zona rural de Uruguaiana	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fontes de renda do município de Uruguaiana/RS	34
Tabela 2: Mapa da Pobreza e da Desigualdade em Uruguaiana	35
Tabela 3: Rede socioassistencial SAN	40
Tabela 4: Benefícios e números relativos à assistência social em Uruguaiana.....	40
Tabela 5: PBF em números no município.....	42
Tabela 6: CADÚNICO - Uruguaiana	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	19
2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	21
2.1 DISCUSSÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	25
2.2 RELAÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	31
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS	34
3.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS.....	34
3.2 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	37
4 METODOLOGIA	44
5 PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM URUGUAIANA...48	
5.1 A IMAGEM DO PÚBLICO EM GERAL SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	48
5.2 MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	50
5.3 PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE O MODO DE VIDA E OS EFEITOS IMPLEMENTADOS NA POPULAÇÃO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A	73
APÊNDICE B	75
APÊNDICE C	77

1 INTRODUÇÃO

Estudar os conceitos existentes de segurança alimentar e nutricional (SAN), propostos em abordagens convencionais e buscar um significado que tenha uma percepção de maior abrangência e não trate o tema somente como a insegurança alimentar, visualizada nas populações socialmente vulneráveis, e relacionadas com a desproporção entre a renda disponível e preços dos produtos, entre estes, os alimentos, condicionou a observação e o exame desta realidade no município de Uruguaiana, interior do estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, a ideia de segurança alimentar e nutricional intentada, após sondagens, reporta-se a uma condição primordial ao desenvolvimento humano, a partir da característica de pluralidade que tal definição se reveste, comprometendo na sua adoção a união de diferentes políticas públicas em áreas de conhecimento múltiplas.

Diante disso, o pensamento de construir a condição de segurança alimentar e nutricional adiciona à acepção usual de garantia, para a população em geral, do acesso ininterrupto e certo aos alimentos, novas formulações relacionadas com as circunstâncias culturais de práticas e hábitos alimentares, transitando pela soberania alimentar, práticas agrícolas responsáveis, questão ambiental, comercialização ajustada, pesquisa e difusão tecnológica, entre outros ritos.

Tal definição sucede do entendimento escolhido para a alimentação, que deverá ser tratado como algo que por suas propriedades especiais e peculiares resultem no atendimento das necessidades humanas básicas (NHB), requisito preciso ao direito universal de uma existência digna e com sentido.

No encadeamento destas ideias relacionadas às necessidades humanas básicas, os direitos culturais, econômicos e sociais, que lhes concedem vigor, exigem para sua plena realização, que as políticas públicas que se refiram aos programas sociais e que estão sob a tutela dos mesmos, aportem como princípios norteadores, modernos conceitos e definições que acerquem cada um dos requisitos necessários para o cumprimento dessas necessidades.

Desta forma, a segurança alimentar e nutricional, tornou-se uma regra fundamental na reflexão sobre as orientações em que forem concebidas as políticas públicas, que em qualquer esfera se dirijam à realização do direito humano à

alimentação adequada (DHAA), o que é definitivamente maior do que asseverar que da ótica biológica os seres humanos possam ser considerados como convenientemente nutridos.

Para a execução deste ato, a pesquisa buscou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – (LOSAN) – que institui o Sistema de Segurança Alimentar – (SISAN) – como maneira de realizar políticas de segurança alimentar e nutricional na busca da resolução da questão alimentar brasileira.

A partir destes princípios, as questões econômicas, sociais e culturais relacionadas às causas geradoras das limitações ao acesso aos alimentos e seus resultados nas porções mais pobres da sociedade, estejam elas no universo rural ou urbano dos municípios, necessitam ser percebidas. A confirmação dessa percepção ocorre diante da avaliação das populações sobre as resoluções adotadas pela sociedade e governos nos últimos anos.

Contemporaneamente é possível notar que tais práticas políticas reagem de maneira singular a cada fração do problema observada na ponta do consumo. Destas inovações surgiram propostas de programas de redução de desperdícios e aproveitamento integral de alimentos, ampliação de créditos relacionados às atividades produtivas, baixas nos preços de novas tecnologias, criação de novos cultivares e entre outros, os programas de transferência condicionada de renda.

O enfoque delineado a esta forma de política pública redonda de uma avaliação, em um primeiro momento, particular, e a seguir embasado em diagnósticos que reconheceram nas restrições ou inadequações ao acesso aos alimentos exposição a perigos à promoção e proteção à saúde, condição indispensável ao desenvolvimento perfeito da pessoa humana.

As vantagens e desvantagens são peculiares a essas políticas públicas e se confrontam cotidianamente. Podemos elencar entre estas situações os seguintes exemplos positivos: a utilização dos recursos no comércio local, que se reverte em impostos e fortalecem a economia; condicionam a autonomia na escolha do objeto de consumo; proporcionam redução nos custos intermediários, processo de armazenagem, compra e distribuição. Também se podem aventar exemplos negativos como: perdas inflacionárias; dificuldade maior na percepção de enfoque, visto que podem surgir interesses de outros grupos, que não os de maior vulnerabilidade; aumenta o risco em termos de segurança; transferência de renda para áreas onde a economia local é mínima e não contempla satisfatoriamente a

demanda, podendo ocasionar aumentos consideráveis nos preços. Da mesma forma que, em localidades mais distantes dos centros distribuidores, os comércios locais tendem a comercializar os produtos com preços mais elevados.

O Programa Bolsa Família (PBF), objeto do estudo, a seguir levado à execução, surgiu como demarcador da busca do entendimento de como a segurança alimentar e nutricional interage com distintas dimensões dentro da sociedade e como esta percebe este tipo de política pública, já que no país optou-se por investimentos do governo federal nos programas de transferência condicionada de renda (PTCR) complementando ou substituindo outros tipos de intervenções.

Frente a esta realidade, o estudo, que tem como problema de pesquisa verificar se estas políticas públicas respaldam um possível incremento impactante nos níveis de segurança alimentar e o que a população local argumenta sobre tais transferências e condicionantes para acessá-las; bem como trata de refletir e revelar as reflexões dos habitantes do município acerca do tema, levando em consideração, conjuntamente, os aspectos culturais como perspectiva analítica.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

O intuito estudo é revelar as percepções da sociedade uruguaianense sobre a implementação do PBF no município, em suas zonas, urbana e rural. Diante das abordagens que antecederam esta problematização e de uma reflexão sobre como este programa é visto pela população do município, restaram questionamentos, entre estes, o objetivo geral deste estudo que é analisar percepções da sociedade uruguaianense sobre a implementação do Programa Bolsa Família no Município.

Esse objetivo geral é desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

I – Analisar a percepção de diferentes pessoas da sociedade de Uruguaiana sobre o Programa Bolsa Família;

II – Identificar se os objetivos do Programa Bolsa Família estão conseguindo ajudar na melhoria das condições de vida das populações urbanas e rurais, abrangidas por esta política pública;

III – Identificar em que medida o cumprimento das condicionalidades ajuda a

melhorar a condição de vida dos titulares do Programa Bolsa Família em Uruguaiana.

1.2 JUSTIFICATIVA

O PBF por se tratar de uma política pública caracterizada pela transferência condicionada de renda, que incorpora algumas condicionalidades para sua consecução, tem um caráter distinto de outras ações públicas implantadas anteriormente. Tais condições implicam em ajustes familiares, que aportam às famílias beneficiárias novas realidades, se cumpridas na sua totalidade, nas áreas de saúde e educação. Esta natureza conjugada com o recebimento de valores, que podem amenizar o drama da fome, dá relevância ao tema e conseqüentemente a pesquisa.

Uruguaiana, não diferente de outras cidades de seu porte, recebe indivíduos oriundos de sua zona rural e de outros municípios da região, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que aumentam de forma acelerada os cinturões e os bolsões de pobreza já existentes. O PBF como fator de minimização desta realidade deve ser estudado em todas as suas partições para que possa informar aos gestores, desta política de inclusão, quais são os seus reflexos neste Município e quais os ajustes podem ser efetuados para que haja uma maximização de sua potencialidade.

Conseqüentemente, identificar as percepções da sociedade de Uruguaiana se torna importante, devido ao contorno delineado por quem visualiza esta problemática em seu cotidiano, e pode trazer, objetivamente, um significado aos arranjos concedidos pelo aporte financeiro e o alcance de melhorias no setor da saúde pública e da educação. Tais perspectivas podem ser orientadoras dos ajustes mencionados acima.

Toda essa dinâmica que envolve o combate à fome e a pobreza extrema motiva a exploração desta temática. Os indivíduos afastados dos processos de inclusão por distintos fatores podem e devem se apropriar das políticas públicas de forma substancial, realizando seus direitos, seja ao alimento, a saúde e a educação. Pois, estas têm a finalidade de proteger a parte da sociedade fragilizada, e que a

sociedade civil e os governos, seja, por falta de capacitação ou por manutenção de privilégios, mantêm distante da realização de seus anseios. Prover melhorias significativas nas vidas das pessoas é um dos processos mais interessantes que os governos e a sociedade podem conceber. Estudar estes processos se torna imprescindível, em função destas concessões.

Acrescentando que, em virtude da convivência, por muitos anos, com essa realidade, principalmente na área rural do Município, foi possível visualizar estes dramas humanos em toda sua potencialidade.

A exclusão pela pobreza, a saúde afetada pela fome e a educação cerceada pelo encadeamento destas duas ações anteriores formam a tríade de todas as outras mazelas sociais que são necessariamente alvos de combate, principalmente com a adoção de intervenções públicas.

1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O estudo em seu Capítulo 1, introdutório, reporta conceitos sobre SAN e suas relações com políticas públicas que preencham as lacunas existentes no que se refere às necessidades humanas básicas, e ao direito humano à alimentação adequada. Demonstra a motivação do pesquisador pelo estudo do PBF, como política pública; a relevância do programa no município de Uruguaiana; a busca pelas percepções da sociedade no Município.

O Capítulo 2 consta da apresentação do PBF, em sua essência e dinâmicas que o compõem. Seguido da apresentação de discussões relacionadas aos fatores positivos e negativos apontados por pesquisadores com o surgimento deste programa de transferência condicional de renda no contexto nacional. Foram abordadas as relações do PBF com a segurança alimentar e nutricional, o que indicará se esta conjugação aporta situações positivas em uma realidade com imensas distorções no país.

O Capítulo 3 trata de apresentar o contexto socioeconômico do Município de Uruguaiana e a operação, nele, do PBF. A realidade contemporânea em suas nuances territoriais, populacionais e setoriais produtivas. Apresentando indicadores de desigualdades e de incidência de pobreza e desigualdades socioeconômicas.

No Capítulo subsequente é apresentada a composição da metodologia utilizada para a apuração destas percepções e o material utilizado para obtenção de respostas às indagações dos objetivos propostos pela pesquisa; o tema deste capítulo visa ancorar este estudo em um patamar científico.

Finalmente, são apresentados os resultados da pesquisa dispostos em situações distintas, em uma primeira parte com a percepção obtida a nível geral, e logo a seguir elencadas em subseções as constatações da apuração de cada objetivo específico.

Fechando, este estudo, o último Capítulo apresenta as considerações gerais que são as articulações concebidas pelo desenvolvimento do trabalho na visão do autor interagindo com as respostas obtidas pelo referencial bibliográfico.

2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Importante alicerçar este estudo com o conceito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2011) sobre o Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda, que introduz condicionalidades aos beneficiários para a sua concessão, e que adquire caráter de combate à pobreza e a pobreza extrema.

Instituído pela Lei Federal nº 10.836/04, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.209/04 o programa está em plena execução e gera novos panoramas nas populações mais suscetíveis aos problemas de ordem social, educacional e econômica.

Por ser uma política direcionada à melhoria destas realidades negativas, o PBF age possibilitando garantir o DHAA e fomentando a SAN, concorrendo para a aquisição da cidadania, objetivo proclamado e dificilmente construído junto à população mais vulnerável à fome.

Dados obtidos em cadastros do MDS, informam que com base nos estudos contemporâneos, o Bolsa Família é diretamente responsável pela minimização nas desproporções sociais e da pobreza. Outras situações inseridas nestas problemáticas populacionais, onde a precarização da saúde e da educação se encontram presentes, são alvos deste programa, relacionadas como condicionalidades que deverão ser cumpridas para percepção da renda.

Ações basilares em número de três referenciam esta proposta de melhoria de vida destas populações, a principal que é a transferência de renda, e têm em si a condição de ajustes imediatos na diminuição da pobreza; em segundo lugar surgem as condicionalidades, que cumprem o papel de dar consistência ao PBF, agregando responsabilidades aos atingidos diretamente pelo benefício, e trazendo aos indivíduos a idéia de posse dos direitos sociais básicos, sejam eles nas áreas de saúde, educacional ou de assistência social.

Cumpridas estas cláusulas pelos contemplados, o PBF estará sobrepondo vulnerabilidades históricas, gradativamente, até a consecução mínima possível de inserção social destas pessoas.

O destaque desta política é a participação governamental em suas três esferas, Federal, Estadual e Municipal, no gerenciamento. Todavia a descentralização é um rito novo, que propõe que os esforços para o

aperfeiçoamento do programa passem por estes canais, seja na ampliação ou na fiscalização.

A dimensão do PBF, como oferta de melhorias nas vidas das pessoas no país é diretamente proporcional ao número de famílias alcançadas, segundo informações do MDS (2011), o contingente atual é superior a doze milhões de famílias, e os valores atribuídos aos benefícios têm os valores indicados no quadro 1:

Quadro 1: Valor mínimo e máximo dos benefícios do PBF

Valor mínimo	Valor máximo
R\$ 32,00	R\$ 242,00

Fonte: adaptado de MDS, 2011.

Entretanto, com as regras atuais, algumas restrições são impostas, para os que buscam acessar o programa, entre estas as de que a renda *per capita* não ultrapasse o valor de R\$ 140,00. Essencial informar que a variação nos valores recebidos mensalmente passa pelo número e pela idade dos filhos – podendo em linhas gerais chegar até os dezessete anos - que integram os núcleos familiares.

O MDS está apoiado em um instrumento chave para a manutenção do PBF que é o Cadastro Único de Programas Sociais, confeccionado no nível municipal e que aproxima a população alvo e os gestores do programa.

Quatro tipos de benefícios estão previstos, de acordo com as regras do PBF, e podem ser visualizados no quadro 2:

Quadro 2: Tipos de benefícios do PBF

TIPO	VALORES	CONDIÇÕES
Benefício Básico	R\$ 70,00	Pobreza extrema – renda per capita igual/inferior a R\$ 70,00
Benefício Variável	+ R\$ 32,00	Famílias com crianças entre zero e quinze anos – limite de três.
Benefício	+ R\$ 32,00	Famílias com adolescentes entre

Variável Vinculada ao Adolescente		quinze e dezessete anos – limite de dois.
Benefício Variável de Caráter Extraordinário	Valores variados	Famílias com situações extraordinárias

Fonte: adaptado de MDS, 2011.

Para o recebimento destes valores, é necessário o cumprimento de condições destacadas no Sistema de Condicionais do Programa Bolsa Família (SICON). Estas condicionalidades são assumidas pelas famílias e pelos poder público através do alcance de saúde, educação e assistência social.

A seguir estão destacados os requisitos necessários para o alcance dos benefícios de acordo com o MDS (2011):

- Na área de saúde, os núcleos familiares comprometem-se no acompanhamento do cartão de vacinação e no desenvolvimento de crianças com idade até sete anos. Gestantes e nutrizes (lactantes) na faixa etária dos 14 aos 44 anos necessitam fazer exames no período pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê;
- Na área da educação, todas as crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, deverão estar regularmente matriculados, comprovando frequência mínima mensal de 85% da carga horária letiva. Para os estudantes entre 16 e 17 anos, esta exigência diminui para 75% da carga horária.
- Na área de assistência social, o programa assiste crianças e adolescentes com idade até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF) do PETI. Esta participação está condicionada a obtenção de frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Resulta destas imposições legais, responsabilidade do poder público na gestão e na identificação dos motivos dos beneficiários ativos pelo não cumprimento das suas contrapartidas, necessárias à manutenção do recebimento dos valores. Consequentemente na criação e no implemento de ações, que possam disponibilizar atrativos reais para estes indivíduos com falta de observância ao contratado, para que retornem ao cumprimento.

Alguns órgãos detentores de capacitação para reinserção das pessoas com obstaculizações no cumprimento das condicionalidades são colocados à disposição pelo poder público municipal, gestor principal do PBF, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência

Social (CREAS), ou na ausência destes, equipes de assistência social.

Esta dinâmica estanca no momento em que a percepção nas chances de reversão do descumprimento das condicionalidades se esgota. Nestas situações as famílias podem ter o benefício suspenso e até mesmo cancelado.

Estes cancelamentos podem ocorrer em virtude do não cumprimento contumaz das condicionalidades tratadas na concessão do benefício, ou seja, a frequência reduzida de crianças nas salas de aula, a falta ou recusa no acompanhamento médico, público, para aferição dos índices de crescimento dos menores envolvidos e de aplicação de vacinas imunizantes. No caso das gestantes e nutrizes, a falta de exames pré-natal e o acompanhamento da saúde do bebê são preponderantes nesta supressão.

O terceiro sustentáculo do Programa Bolsa Família são os programas complementares. Estes são ações articuladas que visam promover às famílias oportunidades e condições de sustentabilidade no combate à pobreza.

Atingem, segundo a proposição do programa, distintas áreas, entre estas, educação, cultura, trabalho, capacitação profissional, microcrédito e mudança nas condições de habitação.

São propostas situações de alfabetização e incremento de escolaridade, qualificação e inserção profissional, constituição de microempreendimentos, concessão de microcrédito, auxílio na aquisição, construção ou reforma nas unidades habitacionais, produção e acesso à cultura e requerimento e emissão de documentos necessários à identificação civil (MDS, 2011).

De acordo com a estrutura do PBF, e as propostas do MDS, os programas são planejados em três fases distintas e ao mesmo tempo complementares que são: o diagnóstico; o planejamento e a execução; e o acompanhamento de dados.

Os dados são coletados, levando em consideração as características socioeconômicas da população que deverá ser atendida. São vistas as condições de moradia e saneamento básico, idade e composição dos núcleos familiares, renda e situações de vínculo empregatício. Estas informações possibilitam, em aspectos gerais, a identificação das vulnerabilidades que terão atendimento (MDS, 2011).

Após este diagnóstico, começa o planejamento que considera o perfil dos beneficiários, suas habilidades e vulnerabilidades. Podem ser levadas em consideração ações e serviços já em processo de desenvolvimento. Existe uma tendência lógica que estes programas levem em conta e busquem explorar as

capacidades econômicas e culturais de cada local.

Como etapa final, o acompanhamento dos resultados fornece dados substanciais que possibilitam a otimização dos processos, ressaltando as positivities e negatividades, ampliando e aprimorando as metodologias de trabalho. É imprescindível no monitoramento de cada ação e no correto direcionamento de sua execução.

2.1 DISCUSSÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda fazem parte das políticas de combate à pobreza e de proteção social em vários países de mundo. No Brasil, o Programa Bolsa Família, é adotado pelo poder público na tentativa de minimizar estas mazelas que atingem famílias que vivem em realidades adversas, e que tenham suas circunstâncias nutricionais abaladas de forma negativa por variados impedimentos, destacando-se obstáculos no acesso e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequados.

A opção no país é clara, os investimentos do governo federal nos Programas de Transferência Condicionada de Renda são contumazes e se avolumam a cada período. Todavia, os enfoques sobre esta modalidade de benefícios são distintos e promovem discussões, não somente entre estudiosos da matéria, como na população geral. A visão de cientistas como Clóvis Zimmermann, Lena Lavinias, Flávio Valente e Irio Conti, entre outros, contém reafirmações e contrariedades, disponibilizando material para uma contenda imparcial e que resulta em considerações das mais variadas acepções.

As literaturas de ordem política, social e econômica no país são fartas em teorias e análises pontuais dos instantes em que são efetuadas conquistas expressivas nos campos da educação, cultura e economia. Para Lavinias (2002), “enfrentar a pobreza supõe, portanto, estabelecer coordenadas e prioridades nacionais, que podem ser fortalecidas e consolidadas pelas gestões locais (...). Não há como lutar contra a pobreza sem uma estratégia nacional”.

O projeto econômico transformado em programas expõe as mudanças ocorridas na atualidade na busca da minimização das desigualdades sociais,

econômicas e culturais, e na contrapartida os autores promovem discussões acerca destas novas realidades, Zimmermann (2009), diz que “a satisfação dos direitos básicos (...) é sempre proporcional ao binômio estabelecido entre políticas públicas e compreensão exata da realidade nacional”, ao mesmo tempo em que descreve em sua obra duas visões antagônicas, que são as seguintes, (DEMO, 2005) reporta que estes tipos de proteções sociais são vistos como “fantasias”, pois, protagonizam a função de minorização da problemática paliativamente, evitando a preconizada “distribuição de renda”. Por sua vez, Euzéby (2004), contrapõe com a demonstração de dados empíricos que os Programas de Renda Mínima são eficazes, principalmente no combate à pobreza.

Valente (2007) deixa claro em seu pensamento que “cabe aos movimentos sociais e à sociedade civil continuarem se mobilizando pelo fim da fome e pela garantia do direito humano à alimentação adequada”. E a manutenção deste programa é uma destas mobilizações. Reafirma que nesta luta, “é imprescindível o fortalecimento das instituições de Direitos Humanos”, que diz ser “uma conquista histórica dos povos”.

Os programas de transferência de renda – condicionada ou não condicionada – de acordo com o pensamento de Rawling (2005) estão referenciados como programas de assistência social às famílias em estado de pobreza. Igualmente, embasa nos demais países a rede de segurança dessas famílias e dão as condições para que haja uma redistribuição da renda e de recursos das sociedades.

É interessante que podemos visualizar esses programas direcionados aos núcleos sociais com maior vulnerabilidade. Situação esta, diagnosticada em pesquisas socioeconômicas de organizações públicas e privada, entre estas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Se tratarmos de bibliografia, podemos constatar que ela contempla as ideias do que podemos chamar de “conceito contemporâneo”, que propõe ação em contrapartida às ideias mais conservadoras, que propagam a construção de proteção social universal com elementos interligados. Novamente Zimmermann (2009), é objetivo quando afirma que:

(...) o combate à miséria e à pobreza existente em nosso país exige, instantaneamente, que se abandonem as ideias pouco ousadas ou que atuem como meros sustentáculos de discursos eleitoreiros, sem efetividade e sem benefícios bastantes que avalizem o acesso ao necessário para as famílias pobres”.

Conti (2009), por sua vez, expõe que “programas relacionados a SAN transformaram-se em uma das principais políticas públicas no país, estados e municípios”, o que “nos coloca como referência internacional no combate à pobreza, à insegurança alimentar e nutricional, e às desigualdades nos campos do trabalho e renda”. Sem deixar de acrescentar que:

(...) muito há ainda a avançar, mas já acumulamos conhecimentos e lutas de importantes brasileiros e de anônimos trabalhadores sociais. Todos comprometidos com o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar.

Reportando Orozco & Hubert (2005), vemos as estratégias de focalização surgidas como fração das combinações governamentais que tentam fazer a passagem de sistemas de assistência social universal, e não condicionados, para um exemplo de transferência direta de recursos, notoriamente mais diminutos, para as populações mais fragilizadas economicamente do país, com a finalidade do desenvolvimento das capacidades desta porção da população, desfavorecida socialmente.

No ponto de vista de Valério Arcary (2006), historiador, sobre o Programa Bolsa Família (PBF), fica constatado que este programa é a bandeira principal da política social do governo federal, e que entre os partidos políticos há uma convicção firme de que esta realidade será mantida. Esta garantia ocorre em virtude de que, como em outros países que adotaram este modelo, novas práticas de clientelismo político associado ao controle de cadastros e a cooptação de movimentos sociais foram criadas.

O enfoque de Arcary (2006) não para neste conceito. Os argumentos destacados criticando a política social enfocada neste estudo questionam a desproporção existente entre o Bolsa Família e o oceano de miséria que há no país, fator este que impede que esta política compensatória garanta, mesmo com longa duração, uma redução significativa da desigualdade, ao contrário do que já foi garantido pelo aumento do salário mínimo e da garantia do pleno emprego.

Da mesma forma, ressalta o autor, que o modelo é assistencialista, e perpetua a dependência dos beneficiados, e estabelece uma divisão entre os

integrantes da classe trabalhadora, entre os que recebem e os que não recebem sem trabalhar. Na sua articulação de ideias a distribuição de dinheiro é menos eficaz que a distribuição de produtos e perpetua a mercantilização dos bens mais intensamente necessários.

Nesta linha de ponderação, há registros de que o Bolsa Família esteja relacionado diretamente ao uso eleitoral, como marketing político – negativo (MOURA, 2007). Pois deve ser levado em conta que quaisquer ações governamentais, em qualquer esfera, é tomado como matéria de marketing político, em face de que demonstra as preferências estabelecidas durante a disputa eleitoral.

Em contrapartida, Cynthia Semíramis (2010), observa que após um período de trabalho em uma região de grande vulnerabilidade social, foi possível dar valor ao Programa Bolsa Família. A maior parte das pessoas que atendia possuía renda zero e baixíssima escolaridade. Quando conseguiam empregos eram em atividades informais, ocasionais e com intervalos longos entre estas ocupações e com remuneração baixa, isto quando recebiam. Na ausência do Bolsa Família não teriam o que comer.

Resulta que, aponta a pesquisadora, muito embora toda esta problemática, os filhos estavam matriculados nas escolas, com certidões de nascimento e cartões de vacinações atualizados. Não obstante, os comentários com relação à qualidade das escolas públicas fossem negativos, foi possível verificar ser melhor estar frequentando estes educandários do que ociosos, nas ruas ou em casa. Há ainda a questão da merenda escolar que garante um mínimo de nutrição a quem tem – quando tem – farinha e água em casa.

Schneider (2010), aponta o programa como fator de melhoria da renda em lares de agricultores familiares. Ao efetuar menção sobre o Bolsa Família, o pesquisador, afirma que programas de transferência de renda impactam as populações rurais. Afirma ainda que “embora esse programa tenha sido criado para o combate à pobreza e a iniquidade social em todo o país, nas áreas rurais os impactos têm sido notáveis”, pondera que “é nessas localidades que se concentra parcela significativa das famílias em condições de indigência, entre as quais muitas são de pequenos agricultores”.

Em artigo publicado em 2010, Robin Geld destaca a atuação do programa em zonas rurais. Apesar de críticas recebidas por boa parcela da população, a eficácia do Bolsa Família é percebida quando retira crianças do trabalho e leva para

as escolas, com exames de saúde periódicos, argumenta o pesquisador. Assinala ainda que, os maiores êxitos são obtidos nas áreas rurais, deparando com maiores dificuldades nas zonas urbanas. Como os maiores índices de pobreza, desnutrição e baixa escolaridade eram nestas áreas, a concepção do programa considerou estes fatores, específicos da zona rural, em sua criação.

“Não é necessário muito conhecimento para termos a noção exata do que implica receber um auxílio como o Bolsa Família para uma família pobre, que sabe o que é fome.”, reporta Geld (2010), que trata também do problema das baixas taxas de escolaridade como fator entraves na vida destas pessoas.

Importante frisar que o feixe de idéias relacionado com o foco proposto pretende fundamentar suas criações. Resumidamente, temos a possibilidade de dizer que os programas de transferência de renda são de natureza distinta e atuam de duas maneiras basilares, seja como atenuantes de situações de precariedade socioeconômica resultantes de profundas crises, ou como ferramenta opcional às tentativas habituais de proteção social que rebatem nos setores econômicos e políticas no esforço de obtenção de resultados positivos.

Esses programas diferem em conteúdos, Garret, Bassett & Marini (2009), se relacionarmos cada um deles com seus objetivos, pois alguns focam ações em pontos de vistas setoriais, simultaneamente outros encaminham suas atividades no curto prazo, buscando o atendimento das demandas urgentes, entre estas, o desemprego ou na atenção deslocada às necessidades básicas de saúde e educação.

Em sua maioria, revelam-se os programas de transferência de renda combatentes, em um primeiro momento, de problemas crônicos das populações em situação de pobreza, com especial demanda nos âmbitos da alimentação, nutrição e cuidados básicos de saúde. Todavia, respaldam atuações direcionadas para o crescimento do capital humano, com particularidades relativas à melhoria do nível educacional dos integrantes dessas famílias.

Complementando este raciocínio, Hoddinott & Bassett (2088), fazem sobressair de alguns programas que tem como princípio central aumentar o nível nutricional das crianças em idade pré-escolar, pela compreensão de que investimentos nutricionais nesta fase educacional podem reduzir o risco da mortalidade infantil, além de elevar o patamar do bem-estar social.

A pesquisa em primeiro plano considerou que as políticas públicas

descortinam a atuação estatal, frente a um drama social, econômico ou político, em um determinado período histórico e de que estas são formadas, como afirma Hofling (2001), “por um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo” e que as políticas sociais são uma fração destas políticas públicas, e que dessas são geradas as proteções sociais que devem ser implantadas pelos governos na tentativa de redução dos desequilíbrios das estruturas existentes, surgidos no caminho do desenvolvimento econômico e social, mais acentuados nos setores da educação, saúde, saneamento básico, habitação, entre outros, e, em segundo lugar como estes benefícios são percebidos pelos integrantes de população.

Duas frentes se destacam quando analisamos os processos de surgimento de ações de natureza social. No ponto de vista marxista, a necessidade de amparo estatal estaria ligada a desorganização e a mobilização da força da mão de obra, fruto da industrialização capitalista. Situação criadora do desaparecimento das formas de trabalho e de modelos de subsistências usuais, gerando como consequência o mercado de trabalho.

Parte do problema estaria resolvida, com a inserção permanente desta mão de obra no mercado, todavia, a capacitação contínua da mão de obra e o controle das parcelas excluídas, complementariam esta situação. Transformar de forma duradoura o trabalho informal em trabalho assalariado “é competência do Estado”, afirmação de Offe (1984).

De cunho liberal, verificamos que as proposições tem o estado no papel de promotor de condições para a atividade de competição individual. As intervenções públicas são notadas como riscos e as políticas sociais vieses ao desenvolvimento e causadoras de dramas sociais, já que atentam contra interesses e liberdades dos indivíduos.

Magalhães (2001), afirma que o Estado “é o responsável pela materialização da solidariedade”, através de mecanismos e estratégias próprios de repartição de bens e serviços. Desta atividade conclui-se que o bem estar geral é dependente da atuação de todos, e o papel secundário do setor público foi redirecionado.

Portanto, para os governos, promover essas políticas e tê-las como uma forma de compensação por deveres não alcançados a essa parcela da população é devidamente aceita. E isto confere legitimidade aos benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família, como direito social.

2.2 RELAÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Oportuno descrever o Artigo 2º, da Lei 11.346, de 15/09/2006, (LOSAN) e seus parágrafos 1º e 2º, que conceituam a SAN, no país:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2006).

Resumindo as abordagens, pretende-se estabelecer a relação entre o PBF e a segurança alimentar e nutricional, refletindo sobre este encontro com a inclusão no emprego, na moradia, na escola, e nos sistemas públicos de saúde, além do acesso ao alimento. É perceptível a necessidade da criação e da manutenção de mecanismos de integração social, que possam ocorrer entre parcerias de entidades civis e comunitárias.

Já pela visão do Estado, visualizamos a reprise de uma situação paradoxal. Alheio e unilateral, este não teve a capacidade de obstaculizar o rompimento dos laços sociais. Muito embora, se espere que estas reconvenções na área de políticas públicas não somente resgatem, mas recriem estes laços e essas parcerias.

Novos conceitos deverão ser utilizados na consecução de políticas públicas, instrumentos estes, relevantes, para o atendimento de demandas sociais, afirma Lavínia Pessanha (1998). E um primeiro aspecto, que deve ser levado em consideração, é o que realmente temos como significado de SAN, escapando da conotação bilateral de alimento e alimentação. A autora reconstruiu o conceito de segurança alimentar a partir da noção de insegurança alimentar; superando os fatores que concedem insegurança, deveremos ter a qualidade de segurança alimentar e nutricional desejada.

Então, em uma situação atualizada, segurança alimentar e nutricional e seu

oposto, a insegurança, são realidades comuns à vida de todos, cabe reportar que nesta conjuntura, que o Direito Humano à Alimentação concentra na sua garantia o surgimento de tantas quantas forem às variáveis que se relacionam ou venham a se relacionar com a ideia de alimentação adequada ao ser humano.

O Bolsa Família surge com o aporte de recursos financeiros na aquisição do alimento, e com suas condicionalidades empresta estes novos ares a SAN, variantes antes deixadas de lado, surpreendem a cada novo momento, reorganizando ritos perdidos e até mesmo desconhecidos a esta parcela da população, como o acesso a tratamento de saúde, educação, lazer e acompanhamento social.

A população com fome, seja nas áreas urbanas ou nas áreas rurais, opta pelo deslocamento na busca de saciar esta necessidade básica.

No universo urbano, as investidas pelos caminhos da marginalização e criminalidade são constantes e no mundo rural, as migrações para área urbana dos municípios são contumazes. Êxodos de populações que desmantelam as características dos povoados do interior do município e tentam recriar estes núcleos nos cinturões ou bolsões de miserabilidade nas cidades, são percebidos a cada geração.

As situações intrínsecas a esta realidade não surgem somente pela fome, mas sim, pelo desacompanhamento do poder público em geral. Maluf (2006) traça o seguinte panorama sobre segurança alimentar, que perpassa pela construção de abordagens que respeitem a geração de trabalho e emprego, tanto na cidade como no campo; resgate, como prioridade, da dívida social no país; orientação para o desenvolvimento rural sustentável, observando o contexto pluralizado da temática; integração das ações relacionadas ao uso e manejo dos recursos hídricos; intersectorialização de ações e políticas públicas por meio de programas integradores de Estado e sociedade civil no que se referencia a SAN.

Ademais, inclua-se nestas abordagens, como destaca Maluf (2006) a concessão de oportunidades de acesso aos programas de SAN aos agricultores familiares, produção familiar urbana, pescadores artesanais, comunidades tradicionais e famílias em condição extrema de pobreza; superação de desigualdades econômicas, sociais, de gênero, étnicas; adoção de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada promotoras de qualidade de vida para estas populações; implementar estratégias de comunicação e implementação de SAN envolvendo os sistemas educacionais e organizações

comunitárias.

Na opinião de Kakwani *et al.* (2006), há que se dar destaque ao surgimento do Fundo de Erradicação da Pobreza e a inclusão progressiva, em programas sociais, dos núcleos familiares dos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

No contexto apurado por Soares *et al.* (2006), podemos atribuir em 7,00% da queda da desigualdade de renda, aferida pelo Índice de GINI, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 21,00% ao Programa Bolsa Família.

Por sua vez, Paes de Barros *et al.* (2006), argumenta que os programas de transferência de renda são responsáveis pela diminuição em 20,00% da desigualdade de renda.

Esses resultados são consolidados com os índices encontrados por Hoffmann (2006), que atribui a minimização da desigualdade de renda no país à ampliação da cobertura dos benefícios despendidos pelos programas de transferência de renda (PTR), sejam eles nas áreas urbanas ou rurais das cidades.

O Programa Bolsa Família, com alcance mínimo de renda conseguiu estancar estes processos, mesmo que de forma parcial, é conceituado como o instrumento resultante de política pública de combate à segurança alimentar mais abrangente levado à execução no país até o presente. Sendo assim a relação entre PBF e SAN se mostra como oportunidade indubitável de assegurar direitos aos núcleos sociais fragilizados pela fome e pela pobreza e conceder a estas pessoas condição digna de sobrevivência.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS

Os dados a seguir demonstram a realidade do Município de Uruguaiana, diretamente relacionados com sua área territorial, população e setores produtivos.

Estes números contemplam a desigualdade econômica que se reproduz através do tempo e pode ser visualizada da mesma forma, reservadas suas proporcionalidades, em outras unidades territoriais do país e a importância do PBF na tentativa de amenizar estas discrepâncias.

3.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS

Uruguaiana é um município integrante da região denominada Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui um território com área de 5.715,791 Km², e conta com uma população total de 125.435 habitantes, contados pelo Censo do IBGE, realizado no ano de 2010, divididos em 61.009 homens e 64.426 mulheres. A densidade demográfica no município é de 21,95 hab/Km².

Segundo o IBGE, 2010, o número de domicílios do município é de 41.872, e possui um eleitorado de 86.462 pessoas. São 27 estabelecimentos de saúde conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS – e as matrículas em estabelecimentos de ensino foram de acordo com este último recenseamento 22.478 no ensino fundamental, e 5.693 no ensino médio.

A produção pecuária é uma das principais fontes de renda do município e sua divisão figura na tabela 1 :

Tabela 1: Fontes de renda do município de Uruguaiana/RS

PRODUTOS	QUANTIDADES
Bovinos	357.024 cabeças
Equinos	14.917 cabeças
Bubalinos	3.352 cabeças
Suínos	3.478 cabeças

Ovinos	180.407 cabeças
Leite bovino	12.739 litros
Ovos de galinha	214.000 dúzias
Mel de abelha	46.238 toneladas
Lã ovina	562.168 quilos

Fonte: adaptado de IBGE, 2006.

Na agropecuária encontramos o principal gerador de receita para o município, o setor orizícola, com uma produção de 680.621 toneladas de arroz irrigado, distribuída em uma área de 82.700 hectares, com produção média de 8.230 quilogramas, de acordo com o Censo Agropecuário de 2009 do IBGE.

Em outro setor, a cidade é reconhecida como o maior porto seco da América Latina, movimentando cargas de exportação e importação juntamente aos demais países da América do Sul, principalmente com os integrantes do MERCOSUL. Boa parcela da população registra suas atividades laborais junto à esta atividade.

A malha viária de escoamento das produções está em condições de utilização e a manutenção se dá sazonalmente, evitando desgastes da capa asfáltica. As estradas vicinais localizadas no interior se encontram com as mesmas particularidades das estradas federais, o município mantém um foco de atenção especial a estas rodovias, devido o escoamento das produções agropecuárias.

Pesquisas, do IBGE, informam os seguintes índices para o Mapa da Pobreza e da Desigualdade em Uruguaiana, apresentados na tabela 2:

Tabela 2: Mapa da Pobreza e da Desigualdade em Uruguaiana

INDICADORES	PERCENTUAIS
Índice da pobreza	33,03%
Limite inferior da incidência da pobreza	21,68%
Limite superior da incidência da pobreza	44,38%
Incidência da pobreza subjetiva	26,25%
Índice de GINI	0,44
Limite inferior do índice de GINI	0,42
Limite superior do índice de GINI	0,46

Fonte: adaptado de IBGE, 2003.

O Mapa da Pobreza do Município revela um município com distorções proporcional às do país, no que diz respeito à distribuição e concentração de renda.

Para um melhor entendimento, informamos que o Índice de GINI é utilizado para mensurar o grau de distribuição de renda e que deveremos levar em consideração a proximidade do valor zero, onde teremos o grau de equilíbrio e perfeição da distribuição de renda, quanto mais nos afastarmos deste número, em direção a escala 1, máxima, maiores serão as implicações no que tange às desigualdades (IPD, 2011).

A periferia é composta por um cinturão de miséria, ocupado por famílias, em sua grande maioria, originárias de áreas rurais locais ou de municípios vizinhos. Existe ainda, um bolsão de pobreza, na área central da cidade, resultado da ocupação de uma área da antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que está em vias de desocupação e realocamento dos indivíduos envolvidos em loteamentos de responsabilidade do poder público municipal.

O setor empresarial é crescente, atuam em Uruguaiana, 3.523 empresas que ocupam em torno de 35.080 pessoas como mão de obra assalariada. O setor financeiro conta com 10 agências de instituições financeiras estatais e públicas, que operam em todas as áreas desta atividade, ou seja, depósitos em contas correntes e poupanças, aplicações financeiras, financiamentos e custeios de produção agropecuária, entre outras (IBGE. 2010).

Uma peculiaridade de Uruguaiana é um local de venda de artigos provenientes de outras regiões do país e de países vizinhos, como peças de vestuários, calçados e eletro-eletrônicos, sem emissão de notas fiscais e conseqüente não recolhimento de impostos. A regra deste empreendimento público é a informalidade total e os riscos de perda de mercadorias diante de fiscalizações de órgãos públicos são constantes. Os comerciantes deste local, também em sua grande parcela de origem rural, provêm de movimentos pendulares, que com o passar do tempo se transformam em definitivo êxodo rural.

Em uma visão histórica, podemos definir que o município é cenário de uma forte desigualdade. A elite predominante nas áreas socioeconômicas e políticas permaneceram por décadas estabelecendo as regras locais, mantendo privilégios e concentrando riqueza e terra.

Desta formulação, obviamente, resultou que os membros das classes menos favorecidas se mantiveram excluídos de determinados processos considerados

necessários ao bem estar e ao desenvolvimento positivo dos seres humanos. Entre estes, o acesso à alimentação adequado, a saúde e a educação.

Estes ajustes migrados dos tempos da colonização orquestraram a dependência destas pessoas aos donos das propriedades rurais, indivíduos que além da posse da terra, detém o controle das comunidades próximas aos seus extensos estabelecimentos, vinculando força de trabalho transgeracional, com mão de obra de custo baixo. Ou seja, avô, pai e filho ocupando postos laborais nas mesmas propriedades, conjugando seus esforços para o recebimento de salários degradados, na busca do provimento do sustento da família.

Estas comunidades, localizados no interior do município de Uruguaiana, preconizaram a gênese do êxodo rural avassalador ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, levando a contagem de núcleos familiares concentrados nas zonas periféricas da área urbana a números elevadíssimos.

Tais famílias passaram a concorrer na busca de postos de trabalho, matrículas em escolas, atendimento médico-ambulatorial em postos de saúde públicos e na admissão como beneficiários em políticas públicas de inclusão.

Este crescimento desmesurado condicionou um processo célere de marginalização, em função de que o atendimento disponibilizado pelos órgãos públicos, não correspondia à necessidade e tampouco concedia o amparo necessário ao atendimento destas reivindicações.

Proporcionalmente cresceram os índices de mortalidade infantil, atendimentos médicos, ocorrências policiais tratando de furtos, roubos e crimes contra a vida, e surgindo como uma nova realidade o tema drogadição e seus reflexos. Toda esta variedade situações, elencadas, está presente no meio social da região.

3.2 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O município é dotado de políticas públicas destinadas à proteção social, segurança alimentar, habitação e conselhos, todas geridas pela Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Os números revelam a importância do Programa Bolsa Família em conjunto com as demais ações do Ministério do Desenvolvimento Social desenvolvidas em Uruguaiana, transcritos no quadro 3:

Quadro 3: Dados gerais sobre o PBF em Uruguaiana

Indicadores			Números
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			0,788
Média de pessoas por domicílio			3,40
IDF – Índice de Desenvolvimento da Família			0,29
Porte do Município			Grande
Nível de Gestão			Plena
Transferência	Constitucional	–	R\$ 3.744.674,25
março/2011			
Transferência	Constitucional	–	R\$ 12.508.203,35
acumulada/ano			

Fonte: adaptado de MDS. Abril, 2011.

O IDHM é uma variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi concebido para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499, têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799, são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (PNUD Brasil, 2011).

Para aferir o Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM, são mais adequados para avaliar as

condições de núcleos sociais menores.

As medições do IDH-M, em Uruguaiana, apontaram no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, um crescimento na ordem de 0,057 pontos, ou seja passou de 0,731 para 0,788. Estas aferições indicam, de igual forma, que as contribuições mais relevantes para esta ascensão foram proporcionadas pela elevação percentual da longevidade, com 55,2%, seguida pela educação, com 26,2% e pela renda, com 18,6%.

Houve, portanto uma redução na escala intervalar do desenvolvimento humano, na ordem de 21,2% (PNUD. 2000).

De acordo com as informações apuradas por esta pesquisa, Uruguaiana levaria aproximados 18 anos para atingir o IDH-M de São Caetano do Sul (SP), o melhor IDH-M do país, 0,919, e 11,5 anos para se comparar com Bento Gonçalves, 0,870, o mais alto IDH-M do Rio Grande do Sul. Uruguaiana é o município de número 838, no país, considerado de médio índice IDH-M(PNUD. 2000).

É possível verificar, portanto, alicerçado por estes números que se relacionarmos este município com os demais do país, visualizaremos uma situação boa, sendo que do total de 5.507 outros municípios medidos, 837 – 15,2% - estão em situação melhor e os outros 4.669 municípios – 84,8% - em condições de igualdade ou piores.

No comparativo interno, estadual, a posição lograda é intermediária, se posiciona no número 224, sendo que 223 – 47,8% - estão em condições de desenvolvimento humano melhor, e 243 – 52,2% - em condições de igual de ou piores.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) é:

Um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CADÚNICO, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município.

Como outros indicadores que abordam a pobreza em diversas perspectivas, o IDF varia entre 0 e 1 e, quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador.

A unidade de análise do IDF é a família e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes.

Para contemplar as diversas dimensões da pobreza e a forma como elas afetam o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar, o IDF foi elaborado a partir de seis aspectos:

1) Vulnerabilidade;

- 2) Acesso ao conhecimento;
- 3) Acesso ao trabalho;
- 4) Disponibilidade de recursos;
- 5) Desenvolvimento Infantil e;
- 6) Condições habitacionais.

Todos os aspectos básicos das condições de vida, com exceção das condições de saúde e sobrevivência, podem ser avaliados com base em informações coletadas pelo Cadastro Único. "Cada uma representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a satisfação efetiva de tais necessidades."

Na tabela 3, a seguir, poderemos visualizar o esquema da rede socioassistencial de combate a insegurança alimentar e nutricional em Uruguaiana:

Tabela 3: Rede socioassistencial SAN

Ação estabelecida	Quantidade	Valores conveniados
Banco de Alimentos	1	R\$ 100.238,10
Restaurante Popular	1	R\$ 685,801,00

Fonte: adaptado de MDS. Abril, 2011.

Estes empreendimentos visam minorizar os problemas relacionados com SAN, ofertando cestas de alimentos e refeições preparadas. Para o recebimento de produtos no Banco de Alimentos do município, gerido por uma ONG, é necessário um cadastro suplementar que respalde a necessidade. Além de prévio cadastramento obrigatório no CADÚNICO.

Para acesso ao Restaurante Popular, as pessoas também,devem efetuar cadastros na Secretaria de Assistência Social, que disponibiliza autorizações para o consumo dos alimentos preparados,mediante o pagamento de valor diário de R\$1,00 (Um Real).

Através dos dados inseridos na tabela 4, podemos verificar a atuação desta rede de forma mais abrangente:

Tabela 4: Benefícios e números relativos à assistência social em Uruguaiana

Benefícios	Números
Benefícios de Prestação Continuada – BPC - Idosos	1.854 idosos
Repasse - 03/2011	R\$ 1.009.726,00

Repasse acumulado – 2011	R\$ 3.018.210,00
Benefício de Prestação Continuada - BPC Deficientes	1.751 deficientes
Repasse mês de março/2011	R\$ 952.476,30
Repasse acumulado/ano	R\$ 2.822.252,50
Número de CRAS – Centros de Referência de Assistência Social	2
Número de CREAS – Centros de Referência Especializada de Assistência Social	1
Serviços de PSE – Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e de suas famílias	175 pessoas com dependência
Repasse mensal de fevereiro/2011	R\$ 10.531,00
Serviços de Acolhimento	100 famílias e indivíduos
Repasse mensal de fevereiro/2011	R\$ 9.000,00;
Ações Socioeducativas e de convivência/PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	94 crianças e adolescentes
Repasse mensal de fevereiro/2011	R\$ 3.000,00
PAEFI – Serviço de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – serviço Social de Abordagem	80 famílias/indivíduos atendimentos
Repasse mensal de fevereiro/2011	R\$ 20.600,00
Serviço de Proteção ao Adolescente em	80 adolescentes

Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Maio/2011 – MSE	
Repasse mensal de fevereiro/2011	R\$ 4.400,00
Total Geral Mensal repassado	R\$ 2.018.492,47
Total Geral Acumulado/ano	R\$ 5.954.299,09

Fonte: adaptado de MDS. Abril, 2011.

As informações supramencionadas demonstram a atuação das políticas públicas que guarnecem as atividades da rede socioassistencial do município. Estas estão interligadas e se relacionam também com as condicionalidades dos programas de transferência condicionada de renda.

Para uma melhor visualização do alcance do Bolsa Família em Uruguaiana veremos a seguir dados gerais e específicos, na tabela 5, atualizados pelo MDS, referentes ao mês de março de 2011:

Tabela 5: PBF em números no município

Famílias beneficiárias	Repases – março/2011	Repasse acumulado - 2011
6983	R\$ 707.681,00	R\$ 2.128.307,00

Fonte: adaptado de MDS. Março, 2011.

Seguindo o roteiro para demonstração da abrangência do PBF, em Uruguaiana, consignamos, na tabela 6, as informações do Cadastro Único do município:

Tabela 6: CADÚNICO - Uruguaiana

Total de famílias cadastradas	11264
Total de famílias cadastradas – renda até ½	10790

Salário Mínimo Nacional	
Total de famílias com renda <i>per capita</i> até R\$ 140,00	10048
Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF	0,59

Fonte: adaptado de MDS. Abril, 2011.

Estes arranjos visam prover o sustento básico dos seres humanos com maior vulnerabilidade frente à fome e proporcionar a manutenção das populações em seus locais de origem, principalmente as populações de áreas rurais.

Toda esta disponibilização de informações e de recursos tem como característica principal dotar os gestores das variantes municipais decorrentes do implemento do PBF e de suas condicionalidades, além de verificar os aportes necessários para o apoio aos gestores.

4 METODOLOGIA

Com a finalidade de obter dados para uma análise de como o Programa Bolsa Família é percebido pela sociedade do município de Uruguaiana-RS, e como estas percepções podem ajudar no entendimento de uma questão primordial no entendimento de como atender as necessidades básicas humanas, entre elas o direito humano à alimentação adequada, que traz intrinsecamente a problemática da segurança alimentar e nutricional, foi levada à execução uma pesquisa, que fomentou a inserção do pesquisador na temática abordada.

A seguir, através de pesquisa qualitativa e quantitativa, foram obtidos dados que coletaram as percepções buscadas na sociedade do município de Uruguaiana.

A adoção de informações quantitativas visa o entendimento através de padronizações numéricas diretamente relacionadas a conceitos, testou construções científicas, “procuram seguir um plano previamente estabelecido, baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional” (NEVES, 1996, pg. 1).

Por outro lado a absorção de dados qualitativos complementa, em atuações in loco, a temática pelo lado subjetivo, Neves (1996) diz que “a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo do seu desenvolvimento”; e ainda, “não busca enumerar ou medir eventos e geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados, seu foco de interesse é amplo”.

É cabal frisar que estes métodos são complementares e podem fazer parte de uma mesma pesquisa. Eles não fragmentam a proposição e tampouco dão continuidade, um ao outro, mas dentro de um contexto poderão contemplar uma interação.

Buscou-se atingir entrevistados que não tivessem vinculação direta com o PBF, mas que fossem pessoas vivendo em áreas do município que fossem reflexo de desigualdades sociais, urbanas e rurais, e de áreas em que estas disparidades não sejam tão marcantes, mas que tivessem conhecimento e pudessem através de suas percepções concederem informações a respeito da pesquisa.

Homens e mulheres adultos, totalizando trezentos e quatro (304) entrevistados, destes, cento e cinquenta (150) homens e cento e cinquenta e quatro (154) mulheres, número este que se aproxima do percentual de 0,25% do total da

população do município de Uruguaiana, escolhidos aleatoriamente, e abordados nas proximidades de escolas, unidades de atendimento de saúde públicas e comércio varejista de alimentos, obedecendo à regra anteriormente informada, da desvinculação direta e dos mais variados segmentos sociais, econômicos e culturais, desde que com capacidade de apontar respostas a estas indagações.

As questões levadas a este público alvo foram organizadas em um roteiro de entrevistas semiestruturadas, que orientou o trabalho de pesquisa de maneira a desencadear as respostas de forma organizada, seguindo o mesmo roteiro, (constante no Apêndice A). Mesmo que abertas e com possibilidade de reorganização, a linguagem adotada, nas perguntas, foi abrangente e de fácil entendimento de toda a gama de entrevistados.

As providências tomadas com a finalidade de atendimento das expectativas foram levadas à execução da seguinte maneira: começando com entrevistas nos 21 bairros/vilas do perímetro urbano da cidade, de acordo com as informações no quadro 4, abaixo:

Quadro 4: Bairros e vilas do perímetro urbano de Uruguaiana

Centro	Cidade Nova I	Francisca Tarragó
São Miguel	Cidade Nova II	Nova Esperança I
Vila Júlia	Santo Inácio	Nova Esperança II
Bairro Ipiranga	Vila Hípica I	Cabo Luiz Quevedo
Rui Ramos	Vila Hípica II	Promorar II
União das Vilas	Mascarenhas de Moraes	Loteamento João Paulo II
Promorar I	Boa Vista	Profilurb

Fonte: Elaboração própria.

Estas enquetes foram realizadas sem prévio aviso ao contingente, somente elucidando o assunto da abordagem, efetuada nas ruas destes bairros, bem como, esclarecendo que o anonimato seria garantido. Em alguns casos, esta opção nem foi levada em consideração, pois as pessoas diante de um assunto de relevante interesse gostariam que suas identidades fossem abertas. Para tanto o termo de

consentimento foi devidamente assinado, em sua totalidade de entrevistados, amparando a pesquisa.

A seguir, a pesquisa rumou para a zona rural do município e as vilas e distritos abordados foram os seguintes, distribuídos quadro 5:

Quadro 5: Distritos e vilas da zona rural de Uruguaiiana

Charqueada Oeste
Imbaá
Barragem Sanchuri
São Marcos
João Arregui
Itapitocay
Plano Alto
Olhos D'Água/Chapadão

Fonte: Elaboração própria.

Os indivíduos abordados foram no total de dez (10) em cada unidade, duzentos e dez (210) urbanos, oitenta (80) rurais, perfazendo um total geral de duzentos e noventa (290) entrevistados, que somados a quatorze (14) gestores do programa que totalizam a amostra de trezentos e quatro (304) pessoas da população de Uruguaiiana.

Este trabalho de campo foi efetuado entre 12/01/2011 e 14/04/2011, primeiramente no interior do município, pelo difícil acesso e pela distância a ser percorrida. Nestas localidades a escolha visou às proximidades de escolas e comércios de alimentos, e consumiu 23 dias para sua execução, e estavam compostos de homens e mulheres adultos, de diferentes idades.

No âmbito urbano, o estudo aconteceu em um período de 69 dias, e foi ambientado em todos os bairros e vilas do município. Os indivíduos abordados, neste caso, também de maneira aleatória, eram homens e mulheres adultas, de distintas faixas etárias, com a condição única de reconhecimento do PBF, sendo executado em áreas próximas às escolas, postos de saúde públicos e comércios varejistas de alimentos.

Os dados quantitativos foram selecionados e ordenados em cada categoria

correspondente e previamente estabelecida, ou seja, quanto a condicionar melhoria de vida às pessoas, famílias, comunidades e ao município; referente ao destino da renda aportada pelo PBF; e no que concerne às críticas ao PBF, e separados por área pesquisada, levando em consideração que os gestores pesquisados foram incluídos no universo urbano.

Por outro lado as informações qualitativas foram analisadas e separadas em função do caráter positivo e negativo que as respostas concederam às indagações, e consubstanciaram este primeiro banco de informações, já que uma análise primária indicou reconhecimento em amplo grau de conhecimento sobre o programa Bolsa Família.

O questionário aplicado, semi-estruturado, composto de perguntas abertas e fechadas, reproduzido no apêndice do estudo, levou noventa e dois dias para dar-se por concluído. Os resultados serão apresentados de forma global em um primeiro momento, a seguir detalhadamente relacionado cada um com os objetivos propostos anteriormente no trabalho.

Amparando estas elucidações, são discutidas informações bibliográficas relevantes que possam ajudar na interpretação das estatísticas resultantes, ressaltando que a coleta de dados ocorreu baseada em indicadores de *Castro, et. al* (2009).

5 PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM URUGUAIANA

A finalidade da pesquisa é elucidar quais as percepções da sociedade uruguaiana, em parcelas que permitam com suficiência indicar a realidade dos dados obtidos.

A primeira parte destes resultados aborda a imagem do PBF, em amplitude geral, sem considerações sobre os reflexos de particularidades e sim como objeto de positivities ou negatividades. Desta forma, imprimindo um ponto de partida para as demais constatações. Ou seja, o reconhecimento ou não de melhorias na vida das famílias beneficiárias; as percepções da sociedade sobre o modo de vida e os efeitos decorrentes do PBF junto à população.

5.1 A IMAGEM DO PÚBLICO EM GERAL SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

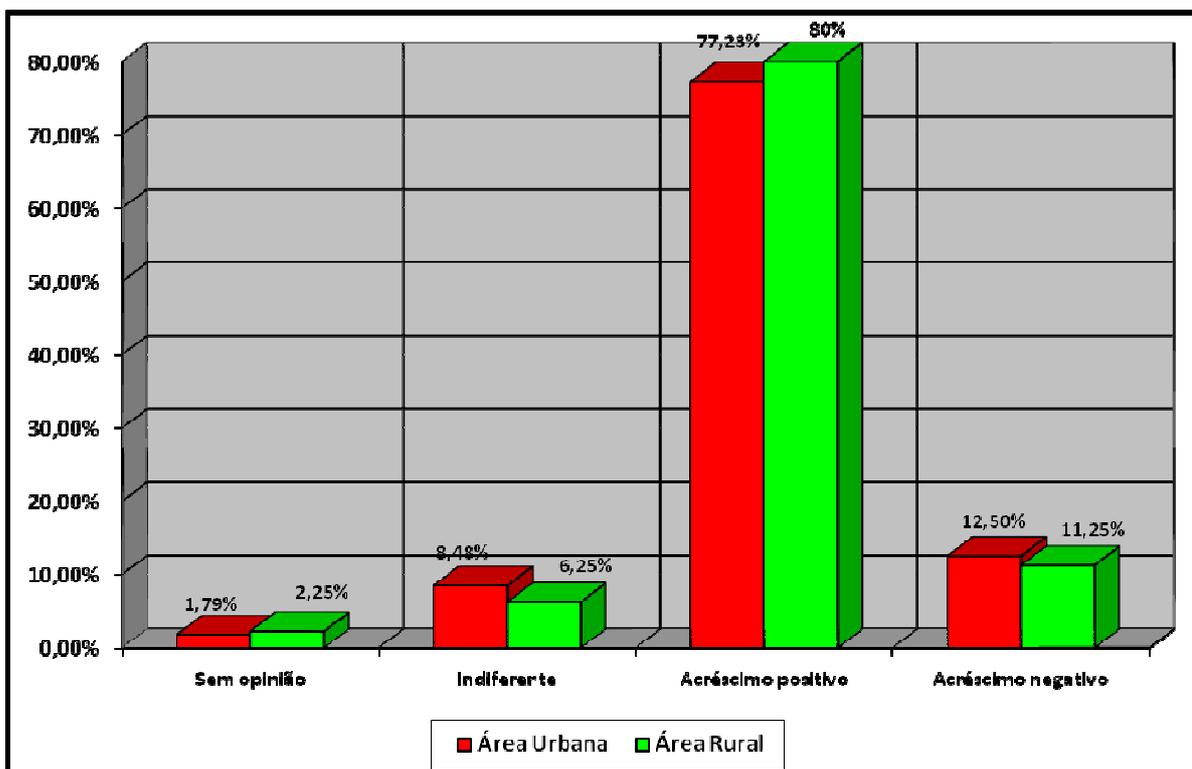
Os contatos preliminares com os entrevistados indicaram que o reconhecimento do Programa Bolsa Família (PBF) é suficientemente desenvolvido no município de Uruguaiana, apenas um contingente inferior a 3%, na zona rural, e 2% na área urbana, não soube responder as questões propostas.

Em primeiro momento foram buscados dados pertinentes à imagem do Programa Bolsa Família (PBF) no município, questionando os acréscimos transmitidos pela transferência de renda e se estes reflexos são positivos ou negativos, ou se minimizados não adquirem nenhuma relevância.

Nas áreas urbanas e rurais, o produto das indagações foi similar e se posicionou da seguinte forma, no critério de alcance de situações positivas o universo urbano apontou 77,23%, e no rural o índice ficou em 80%. Observando que o programa fomenta situações negativas, a população perguntada apontou a seguinte estatística: na zona urbana 12,50%, e rural 11,25%. Considerando não apresentar nenhuma particularidade positiva ou negativa, portanto sem nenhuma relevância as respostas foram distribuídas desta forma: área urbana 8,48%, e área rural 6,25%. Um contingente de 1,79% entrevistados urbanos não soube opinar sobre o assunto, o percentual de indivíduos do setor rural aumentou para 2,5%,

gráfico disposto na figura 1, a seguir:

Figura 1: Percepção da sociedade sobre o PBF nas áreas urbanas e rurais do município de Uruguaiana/RS, abril/2011



Fonte: dados primários, 2011.

Importante ressaltar que há uma relação entre conhecer ou não, beneficiários do programa, e que esta realidade é cabal no apontamento das positivities e negatividades surgidas com a implementação do benefício, diretamente proporcionais as respostas positivas são provenientes de quem distingue contemplados por esta modalidade de transferência monetária e as negativas de quem não possui noção de como os atendidos fazem a gestão dos valores recebidos, com os seguintes percentuais, respectivamente nas áreas urbanas e rurais:

Positivamente a maioria dos entrevistados indicou que o PBF atribuiu as populações vulneráveis à fome no município um poder maior de aquisição de alimentos, ou seja, no combate imediato à fome, contrariando o que afirma Arcary

(2006) ser o PBF uma bandeira política, uma forma de compensação diante de tamanhas desigualdades observadas no país e que nem mesmo executada em longo prazo poderá conferir diminuição desta emblemática mazela social que é a fome.

Estes resultados ratificam Conti (2009), que diz ser o país “referência internacional no combate à pobreza e a insegurança alimentar”, e que estes programas relacionados a SAN são algumas das principais políticas públicas do país.

5.2 MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Outra análise do estudo está focada no reconhecimento, ou não, do alcance dos objetivos propostos para a concessão e manutenção do benefício. Foi medida a percepção da sociedade de Uruguaiana, quanto ao alcance dos propósitos relacionados às condicionalidades e se tais cumprimentos programam melhoria considerável na vida dos indivíduos, núcleos familiares e nas comunidades. Verificou também se a utilização destes recursos está sendo de forma adequada às regras do programa quais as situações negativas apontadas.

Escalonados os dados foram transferidos para a figura 2, que demonstra que a população sinaliza um percentual positivo, 82,50%, na zona urbana e 66,51%, na zona rural, no que se refere à manutenção de crianças e adolescentes matriculados e frequentadores das salas de aula.

Consequentemente, os resultados relativos à melhoria da educação, também, se fez positiva com os seguintes percentuais: área urbana, 72,23% e área rural, 77,50%.

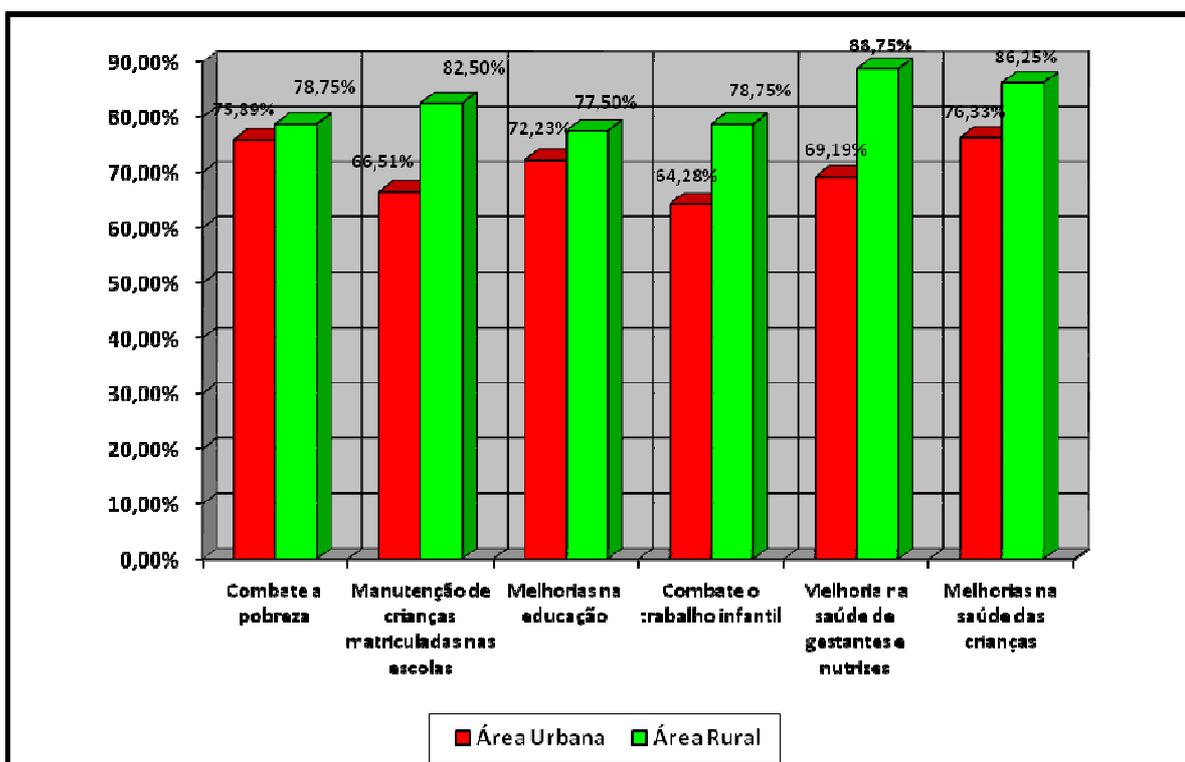
No que se faz referente à saúde de crianças – área rural: 86,25% e área urbana: 76,33%; gestantes e nutrizes apontaram conformidades similares – área rural: 88,75% e área urbana: 69,19, sendo este item o mais pontuado na zona rural o que leva ao raciocínio de que as condicionalidades relativas à saúde estão sendo atendidas de maneira significativa no universo rural.

O trabalho infantil outra mazela social abordada na pesquisa obteve indicadores de minimização, na área rural, que indicou positivamente - 78,75% - e

na área urbana, identificou, também, de maneira positiva, outros 69,19%.

Os últimos dados analisados neste contexto foram acerca dos números relacionados ao combate à pobreza, intrinsecamente, na opinião dos entrevistados, no combate à fome, ponto chave do PBF. A população inquirida demonstrou equidade, nos âmbitos, rural e urbano, indicando os números, respectivos de 78,75% e 75,89%, positivos, como preponderante no combate à pobreza. Dados estes que corroboram o que Semíramis (2010), indica em seus estudos sobre o PBF em regiões de grande vulnerabilidade social. Além do combate imediato à fome, traz em seus aspectos complementares, ganhos de cidadania e afastamento de situações de marginalização. Geld (2010), destaca a competência do programa na retirada de crianças do trabalho e as encaminha para as escolas, pondera ainda que no meio rural está realidade é mais intensa.

Figura 2: Melhorias apresentadas nas condições de vida



Fonte: dados primários, 2011.

Novamente, fica evidenciada a aproximação do reconhecimento ou não dos entrevistados sobre o PBF, e como isso reflete nas informações prestadas. Frente a

esta situação os números realizados dão o diagnóstico de que, quando são conhecidos integrantes do programa, o percentual de conformidade é superior dos que desconhecem.

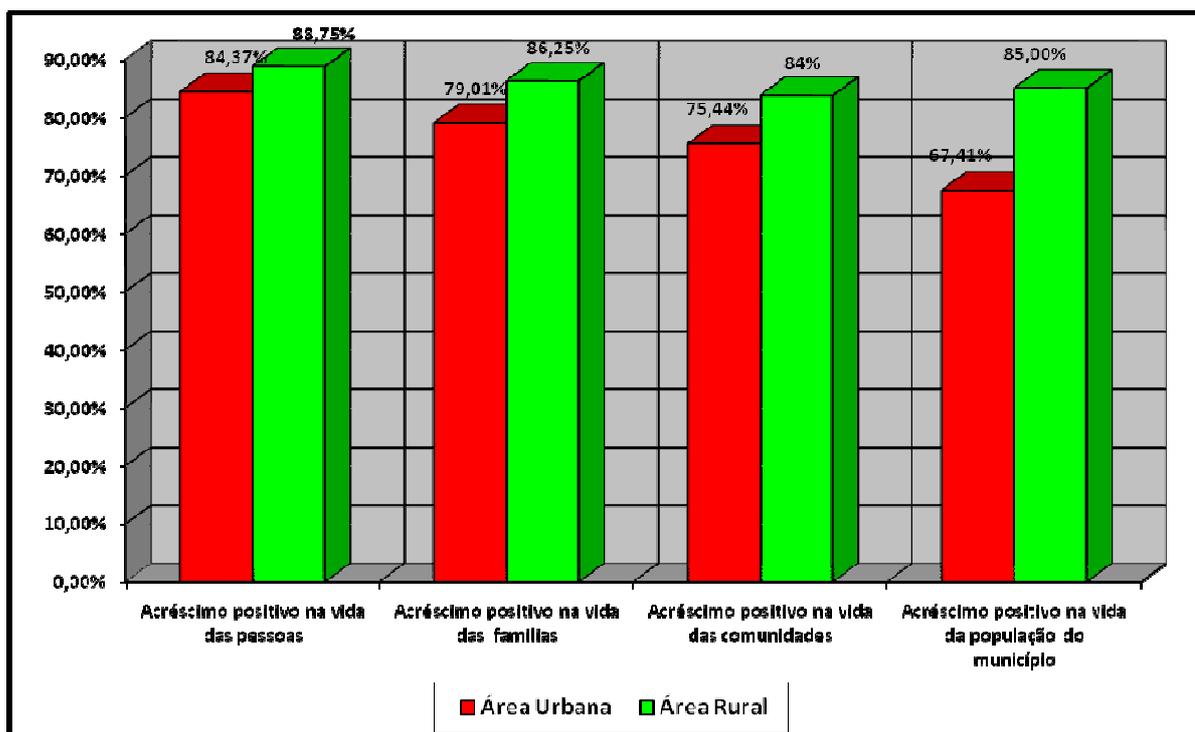
5.3 PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE O MODO DE VIDA E OS EFEITOS IMPLEMENTADOS NA POPULAÇÃO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As percepções da sociedade do município relacionadas às melhorias proporcionadas pelo aporte monetário estão destacadas na figura 3, e dão conta de resultados positivos na concordância ao melhoramento nos estados alimentares e nutritivos das populações pobres de Uruguaiana. Bem como, em sua maioria, consideram o Bolsa Família responsável pelas situações de condições de existência melhor dos indivíduos, pessoalmente, de suas famílias, de suas comunidades e da população do município.

Os índices apontados pela pesquisa ratificam o estudo, permitindo a associação positiva entre a transferência de renda com a segurança alimentar e nutricional, de forma independente de consequências de diferentes condições explicativas.

É adequado supor que o incremento no rendimento médio das populações mais pobres haja causado impacto nos níveis da segurança alimentar. A pesquisa levou à consideração a contribuição dos programas de transferência de renda com a finalidade de abrandar a desigualdade e reduzir a pobreza.

Figura 3: Conformidade com as melhorias implementadas pelo PBF (%)



Fonte: dados primários, 2011.

Visualizados e analisados, os dados acima indicam conformidade aos acréscimos e ficaram distribuídos da seguinte forma: na vida das pessoas os entrevistados informaram que na área rural, 88,75% e na área urbana 84,37% foram positivos nas suas contestações.

Seguindo as mesmas indicações, os percentuais indicados na análise quanto às implicações nas famílias destas melhorias a coleta de dados diagnosticou: área rural – 86,25%, e área urbana – 79,01%, também positivamente.

No que tange às comunidades urbanas e rurais a percepção do universo abordado na pesquisa mencionou serem positivas tais melhorias e apontaram positivamente, 84,00%, na área rural e 75,44%, na área urbana.

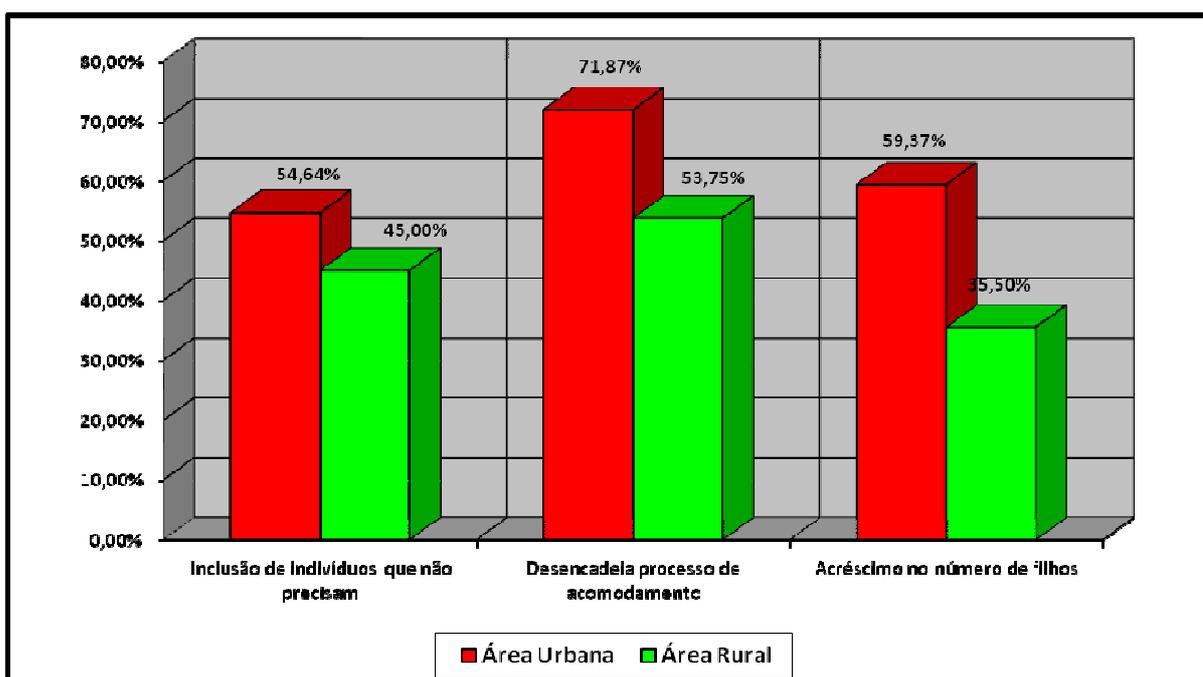
Em um contexto mais amplo, o sentido dado aos números da pesquisa, quando solicitados a se reportarem sobre as melhorias condicionadas ao município os entrevistados disseram, através dos índices resultantes que de forma positiva foram instituídas melhorias nos meios rurais e urbanos, respectivamente: 85,00% e 67,41%.

Apesar de superiores, nas áreas rurais, os índices denotam

significativamente a aprovação da concessão dos benefícios, sendo assim, é dedutível que a destinação esteja sendo relevante para a consumação de carências que se buscam amparar com programas desta natureza. Schneider (2010), menciona o PBF como impactante no meio rural, e estas informações são comprovadas na apuração dos números finais, resultados da pesquisa.

Importante trazer a pauta considerações sobre situações negativas perceptíveis após o implemento do PBF. Diagnóstico de como atuam as pessoas abrangidas pelo programa e suas estratégias para a manutenção do recebimento desta renda complementar. Os números indicam que os entrevistados desconfiam da utilização de ardis para esta consecução, em maior número na área urbana do que na área rural, como pode ser visualizado na figura 4, logo a seguir:

Figura 4: Aprovação dos benefícios do PBF (%), abril/2011



Fonte: dados primários, 2011.

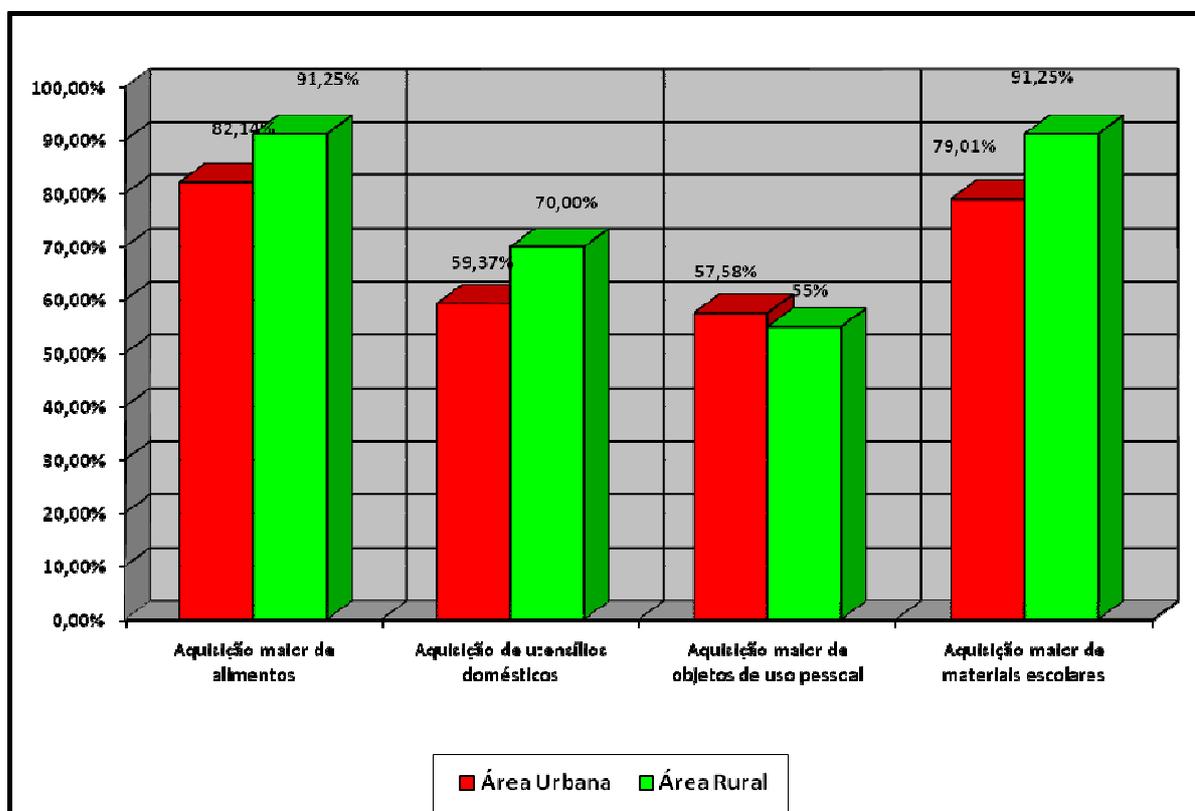
Levando em conta o senso comum, dos pesquisados, a essencial limitação se relaciona com a transferência de recursos, que teria consequências perniciosas, sobre a ocupação de vagas no mercado de trabalho, de estagnação, e de múltiplos artifícios na tentativa de manutenção destes benefícios, incluindo nestes, a de

conceber mais filhos. Agregue-se a estas situações, renovadas notícias sobre inserções fraudulentas, com desvios de critérios, que sustentam uma forte impressão, também, de senso comum, de que os cadastrados encontrarão novas formas de burlar o PBF, na tentativa de mudar a direção dos recursos.

Os fatores em desacordo, da população inquirida, observam o ponto de vista das atividades de má-fé, dolo em fraudes, seja na gestão do programa ou no modo de comportar-se dos beneficiários. Nesta percepção aponta-se que de todos os lados existem ardis para quebrar as regras impostas pela legislação. As respostas da população indicam o comportamento antiético existente, de maneira categórica, na sociedade, mesmo sem um referencial empírico, que suporte estas colocações.

Por outro ângulo, através da pesquisa, ficou destacado que o PBF, na percepção dos entrevistados, realiza seus intentos. As pessoas opinaram com números relevantes esta condição, percentuais na figura 5:

Figura 5: Utilização dos valores do PBF



Fonte: dados primários, 2011.

O objetivo maior do PBF, que é o de abrandar a fome, aparece com destaque nos números resultantes das indagações levadas à execução neste estudo. Na zona rural atingiu o percentual de 91,25% e na zona urbana, 82,14%. O que de certa forma resume a concordância dos entrevistados com o programa. Outras ponderações podem ser feitas com os resultados, uma é de que materiais escolares, instrumentos necessários no aprendizado nas escolas estão sendo adquiridos em maior quantidade: área rural – 91,25% e área urbana – 79,01%. Em 2010, Robin Geld, propõe o enfrentamento de problemas, como baixas taxas de frequência nas escolas, que condicionam prejuízos na vida dos indivíduos. O PBF age como promotor desta inserção, segundo os resultados da pesquisa, seja na manutenção de crianças nas salas de aula, como renda auxiliar na compra de materiais escolares.

Aquisições secundárias e complementares, obtiveram incremento se observarmos os dados da pesquisa. Objetos de uso pessoal obtiveram percentuais de acréscimo positivo, no critério dos entrevistados, da seguinte forma: área rural – 55%, e na área urbana- 57,58%. Utensílios domésticos também foram verificados, em face de que são utilizados no cozimento de alimentos – fogões, fornos e panelas; na manutenção das condições de sanidade e higiene dos alimentos *in natura* – refrigeradores e freezers, entre outros, e segundo apurado houve incremento positivo nestas aquisições: área rural – 59,37%; e urbana – 70,00%.

Algumas verificações são significativas no contexto do estudo e foram depuradas na composição dos dados coletados. É possível ter a percepção de que o perfil de grande parte destas famílias sofreu uma alteração intensa e condiciona uma projeção de melhoramento geracional.

Estes impactos podem ser visualizados com maior volume no universo rural, onde a concentração de pobreza e pobreza extrema é maior, embora sejam constantes na área urbana do município em pauta. Com isso podemos conceber que os retratos dos núcleos familiares em condições de pobreza, em Uruguiana, são muito parecidos e carecem da atuação pública em todos os segmentos destacados quando conectamos o PBF a SAN.

As respostas indicam uma realidade até então não trabalhada com a devida atenção, em face destas, verificamos que a preocupação com o bem-estar das pessoas da comunidade é latente, e características como honestidade e lealdade são requeridas para a percepção de benefícios públicos e principalmente na gestão

destes valores recebidos.

Fica nítido, que a responsabilidade dos gestores é multiplicada, se relacionarmos todas as melhorias condicionadas, apuradas na pesquisa, com a concessão e o acompanhamento das famílias beneficiárias. O município deve estar preparado para o atendimento destas pessoas. Condicionando que haja mobilizações, no intuito de proteção de si mesmo, e de seus filhos. Fazendo com que crianças permaneçam alimentadas e matriculadas nas escolas, e as inserindo em atividades que promovam a educação, o que conduzirá a uma vida mais autônoma e mais digna.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trata de percepções da sociedade uruguaianense sobre o Programa de Transferência Condicionada de Renda, denominado Bolsa Família e, verificou de forma básica que a população reconhece o Programa e compreende que ele está sendo utilizado de maneira apropriada, mesmo constatando problemas no seu cumprimento. Uma considerável diferença foi verificada entre a opinião de quem conhecem beneficiários e de quem não os conhecem, independentemente da área do município em que esteja atuando, urbana ou rural, sendo possível perceber uma expressão de forma mais positiva relacionada aos resultados e maior cuidado nas críticas.

As fundamentais considerações desta pesquisa são duas. Uma demonstra a legitimidade política que o Programa Bolsa Família alcançou junto à sociedade do município de Uruguaiana, fato este atribuído ao nível de conhecimento da política e de aprovação à sua existência e reconhecimento de que está atingindo seus objetivos. A percepção verificada deixa claro que apesar de universos distintos, rural e urbano, o programa atinge seus objetivos, ofertando melhoria nas condições de vida da população beneficiária. Da mesma forma reafirma que o cumprimento das condicionalidades complementa as outras áreas vulnerabilizadas. O acesso e a frequência na sala aula, na perspectiva da fração da sociedade entrevistada aumentou e os cuidados com a saúde de crianças, gestantes e nutrizas obtiveram incremento, diante de situações pretéritas.

A outra, assinala a importância da sociedade ser reputada como útil elemento de avaliação de políticas públicas. A convivência com pessoas abrangidas pelos programas sociais e a visão destas de como este público utiliza os mecanismos dispostos para amenizar suas fragilidades, ou não, confere legitimidade nas sondagens. Pois o foco destas políticas deverá ser, frente estas apurações, o respeito às características locais, com articulações concebidas para cada nicho específico.

Este trabalho não tratou apenas de verificar a relação do Programa com a segurança alimentar e nutricional no município, bem como, avaliar o nível de aprovação ou rejeição a uma determinada política, mas buscar o entendimento da reflexão da sociedade uruguaianense e de como esta opinião poderá concorrer na

averiguação de sua real efetividade. Todavia, a transferência condicionada de renda é uma ferramenta fundamental quando complementada por uma política social de maior abrangência.

O estudo acerca do debate acadêmico sobre a evolução dos fatores que condicionaram o implemento de políticas de transferência de renda estabeleceu que o enfoque fosse incisivo nas situações de exclusão, inclusão e solidariedade social.

Portanto, estas políticas públicas de transferência de renda denotam um papel importantíssimo na tentativa de melhoria das realidades sociais das populações, de modo especial entre aquelas em conjuntura de extrema pobreza. Obtendo a renda monetária o caráter de desencadeador, ainda que não o único, dos processos que fundamentam a SAN, pressupondo deste raciocínio que o aumento nos rendimentos tenha cumprido seu papel na redução da insegurança alimentar e dos quadros deprimentes da fome.

De toda essa observação e apuração de dados ofertados pela coleta de informações sobre as percepções da sociedade do município de Uruguiana, é possível considerar que o cumprimento das condicionalidades é indispensável para que o programa se torne consistente e consiga alcançar os objetivos a que se propõe. Visto que a pobreza e a segurança alimentar e nutricional são considerados fenômenos relativos e são determinados por uma multiplicidade de elementos, fazendo parte deste elenco os valores sociais, a renda por si só não é suficiente como critério de escolha, nem como de intervenção.

Destarte, é crucial a identificação das variantes de vulnerabilidade das famílias, seus contextos e suas características peculiares que impactam de forma direta o uso da renda transferida e o cumprimento das condicionalidades.

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda se tornam mais reais quando a dinâmica de mercado e a disponibilidade de produtos para consumo são efetivas. Em momentos de emergência, ou em conjunturas onde a assistência alimentar deva ser imediata e o mercado local não consiga contemplar a demanda, a distribuição direta de alimentos poderá ser mais efetiva ou agir como complemento.

Portanto, inclusive quando a distribuição de alimentos é mais adequada, sua eficiência e sua garantia como um direito social depende da qualidade e do tipo dos alimentos distribuídos, de sua real adequação às vicissitudes alimentares dos setores contemplados, fazendo parte desta rotina, os aspectos culturais e simbólicos.

Sendo assim, se faz essencial uma combinação de políticas públicas com intervenções de sustentação de apoio aos núcleos familiares, em ocasiões específicas, quando, em algumas vezes, somente a renda não é suficiente para obtenção de garantias de uma alimentação apropriada.

Entretanto, estas alterações somente ocorrem na dependência dos valores transferidos, porém a certeza da regularidade da transferência pode promover compras e investimentos através do crédito. Esta situação é mais ou menos efetiva de acordo com a adequação destes sistemas com as condições reais de cada unidade familiar e as suas condições de pagamento.

Estas percepções levaram à evidência proposições para que de igual forma outras variáveis que condicionam o consumo alimentar, exemplificando, a acessibilidade aos serviços de saúde, aos investimentos na área educacional, em situações onde a disposição destes serviços e de outros, (leia-se, água potável, saneamento básico e transporte coletivo, urbano e rural), sofra com limitações, ou seja, completamente ausente. Sendo assim, a alimentação das famílias e as condições de saúde estão diretamente relacionadas e dependentes da oferta destes serviços nas localidades, da qualidade de sua prestação e do custo despendido pelas famílias para acessá-los – custos financeiros, locomoção, desgaste físico despendido no trajeto e o tempo de espera.

A articulação para debelar estes fatores deve anteceder a implementação dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC), muito embora seja visualizado que controvérsias estruturais restringem a oferta e a utilização destes serviços e comprometem sua qualidade. Porém, se estes programas de transferência monetária com condicionalidades tornar evidentes estas propostas e mobilizarem os gestores no descobrimento de soluções, o resultado deste cenário será proveitoso. De outra forma, se as condicionalidades forem utilizadas para o afastamento dos usuários do programa, as consequências serão péssimas.

As unidades familiares possuem linhas próprias de destinação dos recursos e o provisionamento de recursos adicionais, por si somente, não altera estes critérios. O uso intrafamiliar dos montantes depende em sua maioria de quem os controla no âmbito familiar e das distintas vicissitudes cotidianas.

Estes aportes de renda, além de condicionar distribuição de alimentos, podem como consequência potencializar dramas preexistentes relacionados à dinâmica da alocação familiar de recursos financeiros, principalmente onde as

relações de gênero são perversas. Estas se traduzem em uma conjuntura com base de exclusão e de violência contra o feminino, que se dissemina na simbolização do poder masculino de gestão dos valores aportados ao núcleo familiar, entre estes, o benefício do PBF, e da conseqüente submissão da mulher.

O Bolsa Família, enquanto Programa de Transferência Condicionada de Renda, contribui de maneira mais eficaz para o bem-estar nutricional quando combinado com outros programas complementares, que influenciam positivamente a capacidade das famílias na utilização dos recursos transferidos. A melhora no estado nutricional aperfeiçoa as capacidades familiares de uso da renda auferida.

No caso de uma indagação da opinião da população, neste município, nessa conjuntura, claramente adversa, conduziria à suposição de que as percepções seriam caracteristicamente negativas. Porém, isso não aconteceu. A discussão sobre os principais objetivos, de contenda direta contra a pobreza, de manutenção da criança em sala de aula e de redução dos índices locais do trabalho infantil, principalmente nas áreas rurais, manifestaram que a sociedade está de acordo que estão sendo alcançadas.

Mesmo assim, existe uma fração da população com dificuldades cotidianas para a consecução do padrão requerido para o atendimento nutricional mínimo, pessoal e de suas famílias.

O perceptível nestas situações é de que políticas de complementação deveriam aportar condicionamentos para que estas comunidades mais fragilizadas tenham dentro de suas localidades oportunas situações de processos de produção de seus alimentos. Dentro de seu contexto cultural e de hábitos alimentares próprios. Com boas práticas de plantio, cultivo, colheita e tratamento do produto final, até a chegada no prato do consumidor final.

Do mesmo modo, há o entendimento que, nas populações rurais, onde estas práticas deveriam ser intensificadas, registram-se os grupos populacionais mais fragilizados, e a participação em programas governamentais de transferência de renda é fundamental para a segurança alimentar nos domicílios.

Outro ponto que foi possível depurar é de que o conhecimento de beneficiários produz o aumento do apoio da população ao Bolsa Família. Certamente, pelo reconhecimento de maiores informações sobre o programa, o que permite menores oposições.

Adotadas as percepções do contexto urbano e rural, da pesquisa, como

critério analítico para estabelecimento de situações de progresso a estes universos é possível afirmar positivamente: o PBF é elemento condicionador de melhorias nas vidas das pessoas, famílias e comunidades.

Cabe ressaltar que políticas do porte do Programa Bolsa Família são propostas com problemas pendentes, mas que contando com a supervisão dos itens relacionados ao incremento, e a avaliação dos resultados de forma a co-substanciar o aprimoramento destas concessões, a aprovação da sociedade do município será cada vez maior.

O estudo de Uruguaiana, revela que é interessante utilizar as percepções das sociedades, como item integrante de uma avaliação de políticas, apesar de não serem levadas em consideração na maioria dos casos. Na realidade a ótica abordada sempre aponta o que os indivíduos abrangidos pelos benefícios dispõem através dos aportes pessoais e circunstâncias correlatas.

Foi possível compreender que a opinião destas pessoas entrevistadas indica que estas avaliações devem buscar os pontos cruciais destes empreendimentos, entre estes os de que se pronunciem as características de cada região ou localidade, aferir se há eficiência e eficácia em seus pontos mais consideráveis.

É cabal esclarecer que levar em conta tais percepções não resulta em nenhuma nova verdade, ou ter um vislumbamento mais inocente de julgamento da sociedade, e sim tomá-las com as requeridas avaliações, e que depois de filtradas tratem de abastecer os propositores de políticas públicas de dados que se inter-relacionem, tanto no impacto do implemento como nos ajustes na busca do incremento de seus objetivos e de sua estabilidade.

De acordo com o entendimento da população pesquisada, o programa Bolsa Família está atingindo seus objetivos no município de Uruguaiana, nas áreas rurais e urbanas e se demonstra apropriado corretamente pelos seus utilizadores.

Podemos efetuar esta comprovação não somente pelas questões propostas, de forma concisa, mas sim pelo processamento lógico das informações diagnosticadas por parte dos que, entrevistados, reconheciam beneficiários do Programa. Fato este que compõe uma indicação de que existe um controle social de como o benefício está sendo utilizado, pois as respostas favoráveis ou não ao programa – foram mais positivas pelo lado dos que conhecem beneficiários.

É recomendável atribuir às pessoas, de maneira geral, a característica de que não sejam favoráveis às fraudes reconhecidas nas políticas públicas, pois

destarte o sentido retirado de quem diz conhecer o programa Bolsa Família e seus objetivos, em toda sua consolidação permite concluir que os participantes e alcançados pelo benefício estão levando a efeito o desejado.

Essas informações autorizam a conclusão que a sociedade do município de Uruguaiana aprova o Programa Bolsa Família (PBF), não somente pelos proventos alcançados, mas por serem reflexo de um entendimento distinto sobre essa política social. Essa aprovação, todavia, não envolve uma acolhida sem ponderações de sua existência, mas em uma estimativa sobre avanços e retrocessos.

Perseveram as indagações de quais os resultados, em longo prazo, desta distribuição de renda direta, com condicionalidades, frente ao fenômeno social da fome e da pobreza. Haverá de ser o modo eficiente e eficaz que romperá com essa situação secular, ou apenas transitória? A refutação a essa discussão poderá ser obtida mediante progressão no debate, no exame e na análise destas realidades, o que, por si só, é uma valiosa inspiração para a investigação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. **Um argumento crítico contra o Bolsa Família**. Disponível em: http://www.pstu.org.br/autor_materia.asp?id=5837&ida=11.

Acesso em 30 mar.2011

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Nota Técnica sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica número 9.**

Brasília, 30 de agosto de 2006. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas9.pdf>

Acesso em: 10 abr.2011

BRASIL. Ministério da Saúde. **A integração de alimentação e nutrição nos planos de desenvolvimento nacional para o alcance das metas do milênio no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada**. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

CAMARGO, J. M. **Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo em Perspectiva. 2004; 18(2): 68-77.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sagi/estudos-e-quisas/folders/folders-da-sagi/>

Acesso em: 10 abr.2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Programa Bolsa-Família.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Acesso em:20 abr.2011

CASTRO, Henrique Carlos Oliveira de; e et al. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/03.pdf>

Acesso em: 30 mar.2011

COHN, A. **Programas de transferência de renda e questão social no Brasil.** Estudos e Pesquisas, n.85. Rio de Janeiro, 2004.

Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto de Cidadania; 2002. P. 91-107.

Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto de Cidadania; 2002. P. 109- 116.

Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto de Cidadania; 2002. P. 117-130.

CONSEA. **Documento de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA; 2004.

CONSEA. **Documento Base da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA; 2007.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE. 2009. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/sg/conselhos/comsea/doc/2011/conceitosbasicos%20SAN.pdf>

Acesso em: 22 mai.2011

Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004; 17 set.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.

FBSAN. **Carta do V Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e**

Nutricional. Disponível em:
<http://www.fbsan.org.br/cartadacidadedebelohorizonte.doc>
Acesso em: 24 abr. 2011

FERREIRA FHG; LEITE PG; LITCHFIELD JÁ; ULYSSEA, G. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil.** *Econômica*. 2006; 8(1): 147-69.

FIORI, José Luís. **Globalização, hegemonia e império.** In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização.** 6 ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 87-150.

FIGUEIREDO, AC; TORRES, HG; BICHR, RM. **A conjuntura social brasileira revisitada.** *Novos Estudos CEBRAP*. 2006; 75(julho): 173-83.

GARRET, J., BASSETT, L., MARINI, A. Designing. **CCT Programs to improve nutrition impact: principles, evidence, and examples.** III Seminário Internacional Transferências Condicionadas. Santiago de Chile: FAO/ONU, 2008.

GELD, Robin. **Bolsa Família é modelo no mundo.** Disponível em:
<http://www.sertaobras.org.br/bolsa-familia-modelo-mundo>
Acesso em: 10 mar. 2011

HODDINOTT, J., BASSETT, L. **Conditional cash Transfer Programs and Nutrition in Latin American: assessment of impacts and strategies for improvement.** III Seminário Internacional Transferências Condicionadas. Santiago de Chile: FAO/ONU, 2008.

HOFFMAN, R. **Transferências de renda e a redução de desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004.** *Econômica*. 2006; 8(1): 113-39.

LAVINIAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias**

da prática. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2005/governanca_2005_Pobreza_Exclus%E3o_Lena%20Lavinias.pdf

Acesso em: 08 jun.2011

IBGE. Indicadores das cidades. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Acesso em: 06 abr.2011

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** PNAD Segurança Alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE; 2006

IPD – Instituto Política y Democracia. **Índice de GINI. Distribuição de renda.** 2011.

Disponível em: <http://www.politica-democracia.com/al-america-latina/ind-gini.htm>

Acesso em: 18 abr.2011

Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família.** BRASIL, 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Acesso em: 04 abr.2011

Ministério do Desenvolvimento Social. **MDS em Números.** BRASIL, 2011 –

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/mdsemnumeros>

Acesso em: 28 abr.2011

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades.**

In: Caderno de pesquisas em administração, V. 1, Nº 3, 2º semestre 1996.

Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-qrt06.pdf>

Acesso em: 25 mai.2011

OLIVEIRA, AMHC, *et al.* **Primeiros resultados da análise da linha de base da**

pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa-Família. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados. V. 2. Brasília: MDS; 2007. V.2; p.19-66. Resumo executivo. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-egestao-da-informacao-sagi/pesquisas>.

Acesso em: 06 jun.2011

OROZCO, M., HUBERT, C. **La focalización en el programa de desarrollo humano y oportunidades de Mexico.** Washington DC: World Bank, Discussion Paper 0531, 2005.

PAES DE BARROS, R; CARVALHO M; FRANCO S. **Brasil está menos desigual.** O Globo, n.30 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=34909>

Acesso em: 23 abr.2011

PAES DE BARROS, R. **Falta uma verdadeira estratégia social.** Entrevista de Sérgio Lamucci ao economista Ricardo Paes de Barros coordenador de avaliação de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) IETS s/d Disponível em: http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=464

Acesso em: 23 mar.2011

PAUGAN, S. **Abordagem sociológica da exclusão.** In: Veras MPB, Sposati A, Kowarick L, organizadores.2002

PESSANHA, Lavínia D. R. **Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas: implicações para o caso brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ: 1998.

PNUD Brasil. **IDHM.** 2011 Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/

Acesso em: 23 abr.2011

RAWLING, L. **A new approach to social assistance: Latin America's experience with conditional cash transfer programmers.** International Social Security review

v.58, n.2-3, 2005.

RAWLING, L. **Evaluating the impact of conditional cash transfer programs.** Washington DC, World Bank, Research Observer 20(1), 29, 2005.

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda.** Econ. Contemp. 2005; 9(1): 153-85. 5. Rocha S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Econ. 2006; 16(2): 3-29.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV; 2005. Barros RP, Carvalho M. Desafios para a política social brasileira. Rio de Janeiro: IPEA; 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Bolsa Família influi no aumento da renda na zona rural.**

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/noticias/bolsa-familia-influi-no-aumento-da-renda-na-zona-rural>>

Acesso em: 04 abr.2010

SCHNEIDER, Sérgio. **Bolsa Família influi no aumento de renda na zona rural.**

2010.

Disponível

em:

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/noticias/bolsa-familia-influi-no-aumento-da-renda-na-zona-rural>

Acesso em:11 mai.2011

SEMIRAMIS, Cynthia. **Algumas observações sobre o Bolsa Família.**

Disponível em:

<http://cynthiasemiramis.org/2010/04/04/algumas-observacoes-sobre-bolsa-familia>

Acesso em: 04 abr.2010

SEMIRAMÍS, Cynthia. **Algumas observações sobre o Bolsa Família**. 04.04.2010. Disponível em: <http://cynthiasemiramis.org/2010/04/04/algumas-observacoes-sobre-bolsa-familia/>

Acesso em: 09 abr.2011

SILVA, M.O.; YAZBEK, M. C; GIOVANNI, G.D. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, MCM; et al. **Programa Bolsa-Família e segurança alimentar das famílias beneficiárias: resultados para o Brasil e regiões**. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas e programas do MDS: Resultados. Brasília: MDS; 2007. v.2:69-96.

SMC, Santos; NS, Brito E. **Programa Bolsa-Família e segurança alimentar das famílias beneficiárias: resultados para o Brasil e regiões**. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas e programas do MDS: Resultados. Brasília: MDS; 2007. V.2:69-96.

SOARES, F. V.; BRITTO, T.. **Dores do crescimento: os principais desafios dos programas de transferência de renda**. In: CENTRO

SOARES FV, SOARES, MEDEIROS M, OSÓRIO RG. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília; outubro; 2006 JEL: D31 Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>
Acesso em: 10 abr.2007

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

SUPLICY, E, MARGARIDO, Neto B. **Políticas sociais: o programa Comunidade Solidária e o programa de garantia de renda mínima**. Planejamento e Políticas

Públicas 1996; (12): 39-62.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo, 2001.

TORRES, HG; BICHIR, RM; CARPIM TP. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda**. Novos Estudos CEBRAP. 2006; 74(mar):17-22.

VALENTE, F.L.S. **A encruzilhada dos modelos**. Le Monde Diplomatique.Brasil 08/08/2007. Disponível em:
<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=8&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468>
Acesso em: 24 mai.2011

VALLA, V. V. **Globalização, a questão social e a nova pobreza**. In: VALLA, V. V. et al (Orgs). Para Compreender a Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VANDEBORGHT Y, PARIJS PV. **Renda Básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2006.

ZEPEDA, Eduardo. **Transferências Condicionais de Renda (TCR) reduzem a pobreza?** In: CENTRO INTERNACIONAL DE POBREZA – Revista Um Pager. N. 21, Abril, 2011. Disponível em: www.undppovertycentre.org
Acesso em: 10 abr.2011

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **As políticas sociais e os direitos: alguns apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste**. Revista política Hoje, vol.18, n. 2, 2009. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/view/34/25>
Acesso em: 10 abr.2010

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do Programa Bolsa Família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda.**

Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/763>

Acesso em: 05 mai.2011

APÊNDICE A

Questionário:

- 1) Você conhece o Programa Bolsa Família (PBF)?
- 2) Você conhece algum beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF)?
- 3) Na sua percepção (visão) no que contribui o Programa Bolsa Família (PBF) para o município de Uruguaiana?
- 4) O Programa Bolsa Família (PBF) auxilia definitivamente no combate a pobreza no município de Uruguaiana?
- 5) O Programa Bolsa Família (PBF), com suas condicionalidades, favorece a melhora das situações de saúde das crianças?
- 6) O Programa Bolsa Família (PBF), com suas, condicionalidades, favorece a melhora das situações de saúde das gestantes e nutrizes?
- 7) O Programa Bolsa Família (PBF), com suas condicionalidades, favorece a manutenção das crianças matriculadas nas escolas?
- 8) O Programa Bolsa Família (PBF), com suas condicionalidades, favorece a o

combate ao trabalho infantil?

9) O Programa Bolsa Família (PBF), com suas condicionalidades, favorece a melhora da educação das crianças?

10) A atuação do Programa Bolsa Família (PBF), na sua percepção (visão) condiciona melhoria de vida:

das pessoas;

das famílias;

das comunidades;

do município.

11) Na sua percepção (visão) qual o destino da renda aportada pelo Programa Bolsa Família (PBF)?

Alimentos;

Artigos de vestuário, calçados e bens de uso pessoal;

Material

Artigos de uso doméstico.

12) Na sua percepção (visão) quais as críticas ao Programa Bolsa Família (PBF)?

Inclusão de pessoas que não precisam;

Condiciona a inércia das pessoas, desfocando a necessidade de trabalhar;

Proporciona o aumento do índice de natalidade das famílias beneficiárias.

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO****Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS****NOME:** _____**RG/CPF:** _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**título do projeto/tcc**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “**descrever os objetivos**”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Nome completo**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da **propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.**)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Uruguaiana, RS , ____ / ____ /2011

APÊNDICE C

ROTEIRO DE PESQUISA

- 1) Discussão do tema com o orientador;
- 2) Seleção de bibliografias pertinentes ao tema;
- 3) Fichamento das leituras;
- 4) Elaboração do questionário;
- 5) Aplicação do questionário;
- 6) Análise dos dados coletados;
- 7) Redação do relatório final